



Da esquerda para a direita: Rio Pinheiros, Usina Elevatória de Pedreira, Reservatório Billings e UFV Araucária 5MW. Foto EMAE.

Resultados 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Prezados acionistas,

A Administração da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A ("Companhia" ou "EMAE"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, Carta Anual de Governança e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde indicado de outra forma, estão expressas em milhares de reais e foram preparadas seguindo as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) do *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Além disso, acompanha o Parecer dos Auditores Independentes.

Sumário

I. Mensagem da Administração	5
II. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	6
a. Atividades	6
b. Estrutura de Controle	9
c. Dados Econômico-Financeiros	10
d. Desempenho Operacional	13
e. Composição e Remuneração da Administração	18
f. Responsabilidade Ambiental	19
III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
Ativo	21
Demonstrações de Resultado - DRE	23
Demonstrações de Resultados Abrangentes	24
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstrações de Fluxos de Caixa (método indireto)	26
Demonstrações do Valor Adicionado	27
Notas Explicativas	28
1. CONTEXTO OPERACIONAL	28
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	31
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	33
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	40
5. REVENDEDORES	41
6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	41
7. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA	41
8. OUTROS CRÉDITOS	43
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	45
9.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	45
9.2 Composição dos impostos diferidos	46
10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	47
11. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA	48
12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL	49
13. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO	49
14. INVESTIMENTOS	50
15. IMOBILIZADO	52
16. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS	53
17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	53
18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS	58
18.1. Contingências - Possibilidade de Perda Provável	58

18.2.	Contingências - Probabilidade de Perda Possível	60
18.3.	Ativos Contingentes	61
19.	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR	61
20.	OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO	62
21.	OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS	62
22.	OUTROS PASSIVOS	63
23.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	63
23.1.	Ativo financeiro - Acordo Sabesp	63
23.2.	Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora	64
23.3.	Convênio Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística	64
23.4.	Cessão de Empregados	64
23.5.	Remuneração do pessoal chave da administração	65
24.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
24.1.	Capital Social	65
24.2.	Lucro por ação - básico e diluído	66
24.3.	Destinações do lucro líquido do exercício	66
24.4.	Dividendo por ação	67
24.5.	Mutações das reservas de lucros	67
24.6.	Mutações de outros resultados abrangentes	67
24.7.	Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio	68
25.	RECEITA LÍQUIDA	68
25.1.	Conciliação da receita operacional líquida	68
25.2.	Energia Elétrica Vendida	69
25.3.	Rendas da prestação de serviços	69
26.	CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	70
26.1.	Controladora	70
26.2.	Consolidado	71
27.	RESULTADO FINANCEIRO	72
28.	SEGUROS	72
29.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	73
30.	GERENCIAMENTO DE RISCOS	74
31.	COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	81
32.	ALTERAÇÕES NÃO CAIXA	82
IV.	MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA	85
V.	PARECER DO CONSELHO FISCAL	86
VI.	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	87
VII.	DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	94

I. Mensagem da Administração

Com muita alegria, compartilhamos os resultados excepcionais de 2023, um ano verdadeiramente especial para nossa empresa, que celebra seus 25 anos de existência. Queremos expressar nossa sincera gratidão pela confiança contínua que vocês, nossos parceiros essenciais, têm depositado em nós, desempenhando um papel crucial nos sucessos que hoje celebramos.

Em 2023, renovamos nosso compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. Estamos entusiasmados em informar que intensificamos nossos esforços na geração de energia limpa, contribuindo significativamente para um futuro mais sustentável na Região Metropolitana de São Paulo. O investimento recorde deste ano foi cuidadosamente direcionado para projetos inovadores, não apenas visando impulsionar nosso crescimento, mas também para assegurar a excelência em nosso serviço público e minimizar nosso impacto no meio ambiente.

É importante destacar que esses resultados positivos não seriam possíveis sem o apoio inestimável de nossos dedicados colaboradores. Estamos empolgados com as oportunidades que o futuro nos reserva e estamos comprometidos em continuar avançando em direção a um mundo mais sustentável e próspero. Agradecemos por fazerem parte ativa desta jornada conosco.

MARCIO REA
DIRETOR-PRESIDENTE

PABLO UHART
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

II. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

a. Atividades

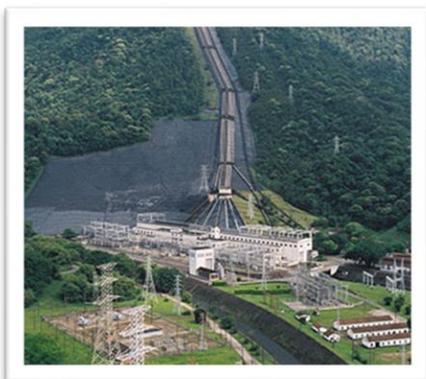
Perfil

Como concessionária de serviço público especializada na geração de energia elétrica, a EMAE administra quatro empreendimentos hidrelétricos. Isso inclui três usinas operando sob o regime de cotas de garantia física de potência e de energia, além de uma pequena central hidrelétrica pertencente à sua subsidiária integral, Pirapora Energia S.A., que é autorizada a operar como produtora independente de energia. Estes projetos estão distribuídos desde o município de Salto até a Baixada Santista, no Estado de São Paulo. A empresa também possui uma usina termelétrica na capital paulista, atualmente arrendada à Baixada Santista Energia - BSE, subsidiária integral da Petrobras.

Além disso, a EMAE é responsável pela gestão de um complexo sistema hidráulico que inclui diques, barragens e reservatórios, destacando-se os de Billings e Guarapiranga, localizados na zona sul da cidade de São Paulo, bem como as usinas elevatórias São Paulo e Pedreira e o canal do Rio Pinheiros.

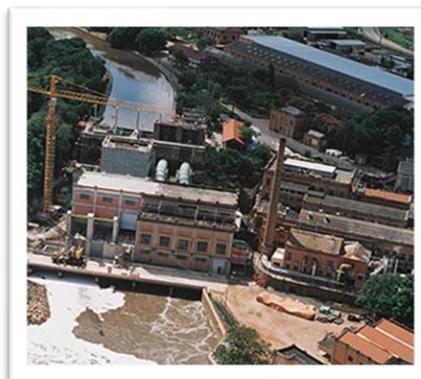
As principais atividades da EMAE são: (i) o fornecimento de energia elétrica; (ii) a construção de ativos de geração de energia; e (iii) a prestação de serviços de operação e manutenção para usinas e estruturas correlatas, atendendo tanto empresas privadas quanto órgãos do setor público.

Parque Gerador



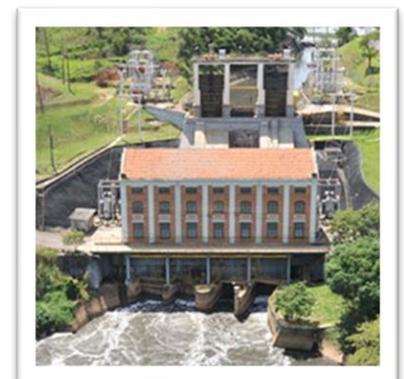
UHE Henry Borden

Concessão - Cotas
Cubatão, SP
Potência instalada: 889,0 MW
Garantia física: 115,4 MW médios
Período de concessão
Início: 01/01/2013
Término: 07/01/2043



UHE Porto Góes

Concessão - Cotas
Salto, SP
Potência instalada: 24,8 MW
Garantia física: 11,6 MW médios
Período de concessão:
Início: 01/01/2013
Término: 24/01/2043



UHE Rasgão

Concessão - Cotas
Pirapora do Bom Jesus, SP
Potência instalada: 22,0 MW
Garantia física: 11,8 MW médios
Período de concessão:
Início: 01/01/2013
Término: 30/11/2042



PCH Pirapora

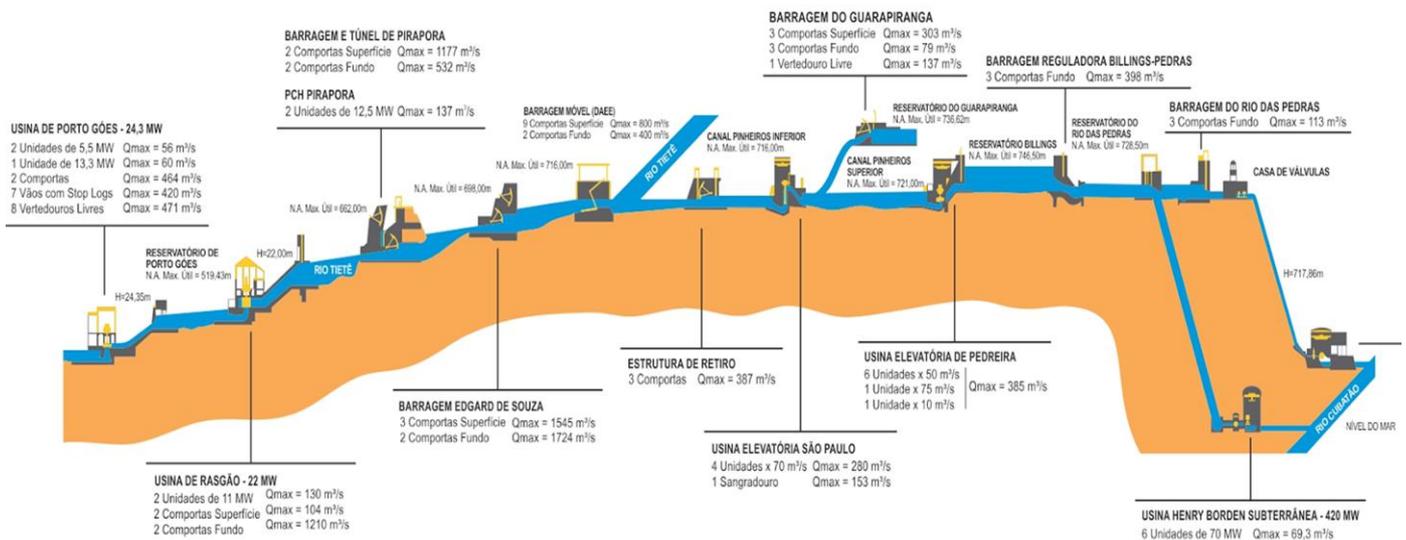
Produtor Independente - PIE
 Pirapora do Bom Jesus, SP
 Potência instalada: 25 MW
 Garantia física: 17,2 MW médios
 Período de concessão
 Início: 24/06/2008
 Término: 02/05/2045



UTE Piratininga

Concessão
 São Paulo, SP
 Potência instalada: 472 MW
 Termelétrica arrendada para a
 Baixada Santista Energia -
 BSE, subsidiária integral da
 Petrobras, desde 2007. Nota
 Explicativa "Arrendamento".

Sistema Hidroenergético



Principais projetos e realizações

Em linha com seu planejamento estratégico, a EMAE realizou avanços significativos nos projetos para aumentar sua capacidade de geração, modernizar suas instalações e monetizar ativos não operacionais, destacando-se as seguintes realizações:

- **Ampliação do Parque Gerador:** A EMAE expandiu seu parque gerador com foco em fontes sustentáveis. Destaca-se a implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, inaugurando a primeira fase do projeto em dezembro com 5 MW de potência em geração distribuída.
- **UHE Henry Borden:** Foram realizadas melhorias significativas, destacando-se a substituição de antigos transformadores e a modernização do sistema de supervisão e controle digital, com um investimento total de R\$ 65,1 milhões. Além disso, ocorreu a substituição de 6 rotores de turbina Pelton (R\$ 23,5 milhões), fabricação e instalação de válvula esférica na unidade 15, modernização das unidades 13 e 14, com investimento de R\$ 29,2 milhões, parte de um total de R\$ 40,2 milhões em progresso. Também foi realizada a modernização da Unidade 13, com investimento de R\$ 9,2 milhões, dentro de um projeto maior de R\$ 105 milhões para a seção subterrânea.
- **UHE Rasgão:** Está em curso a modernização das Unidades 1 e 2, com um investimento previsto de R\$ 89,9 milhões, dos quais R\$ 18,1 milhões já foram realizados em 2023.
- **UHE Porto Góes:** Foram investidos R\$ 11,3 milhões no fornecimento e instalação de um sistema de regulação de velocidade e tensão, automação e proteção da unidade geradora 3, marcando mais um avanço importante na modernização desta usina.
- **Lançamento do Programa de Desligamento Incentivado (PDI)** visando a otimização de custos e despesas operacionais.
- **Continuidade das atividades relativas aos Planos de Ação de Emergência das barragens,** seguindo de forma importante, e no diálogo com os agentes envolvidos nesse planejamento.

A Companhia segue empenhada em promover o desenvolvimento sustentável por meio da geração de energia limpa e da preservação ambiental e comprometida com a criação de valor para seus acionistas.

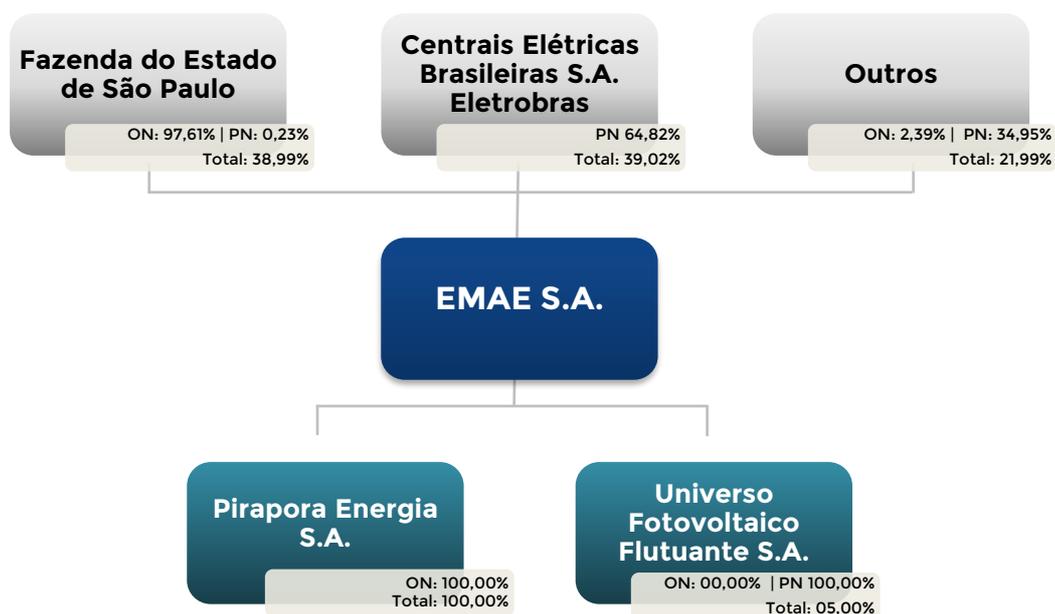
Pesquisa & Desenvolvimento

A EMAE destina 1% de sua receita operacional líquida para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor Elétrico, atendendo a legislação em vigor. Dessa parcela, 40% são direcionados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% à Coordenação de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, 7% à Conta de Desenvolvimento Energético, e os 33% restantes financiam projetos de pesquisa desenvolvidos pela própria EMAE.

Dentre as iniciativas de destaque, está o projeto iniciado em março para desenvolver o Plano de Ação de Emergência (PAE) em regiões próximas a barragens. O foco é estabelecer sistemas de alerta para populações em Zonas de Auto Salvamento (ZAS), melhorando a segurança em 19 estruturas da EMAE. Este projeto terá duração de 42 meses em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia.

b. Estrutura de Controle

A EMAE é uma empresa de capital aberto com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa Balcão, sob os códigos EMAE3 (ações ordinárias - ON) e EMAE4 (ações preferenciais - PN). O Governo do Estado de São Paulo detém o controle acionário da empresa, com 97,6% das ações ordinárias.



c. Dados Econômico-Financeiros

Receita operacional

Em 2023 a receita líquida atingiu R\$ 603,3 milhões, 13,3% superior aos R\$ 532,7 milhões contabilizados em 2022. Contribuiu para o aumento o acréscimo de R\$ 33,4 milhões na receita de cotas de energia em razão do reajuste tarifário ciclo 22/23 somado a 2ª revisão tarifária realizada em julho de 2023 e ao incremento de 103,4% na energia verificada em 2023, totalizando 1.532.095 MWh, ante os 753.369 MWh gerados em 2022. No exercício contamos ainda com acréscimo de R\$ 34,5 milhões na receita relativa à construção de ativos da concessão, elevação de R\$ 2,9 milhões na receita de suprimentos da controlada Pirapora Energia, e adição de R\$ 2,7 milhões nas receitas de prestação de serviço.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos dos serviços de energia elétrica no exercício foram de R\$442,8 milhões, queda de 3,6% em relação aos R\$459,6 milhões de 2022.

As principais reduções provêm da queda de R\$ 42,2 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; redução de R\$ 13,8 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar em razão da redução do déficit apurado em 2022, da redução de R\$10,7 milhões na provisão para investimentos na concessão decorrente da revisão periódica do plano de investimentos e da queda de R\$ 9,7 milhões em custos com serviços de terceiros.

Em sentido oposto ocorreu a elevação de R\$ 34,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 13,0 milhões nos custos de pessoal relativos ao Programa de Demissão Incentivada - PDI e da alta de R\$ 11,9 milhões em encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH.

Despesas gerais e administrativas

Quanto às despesas gerais e administrativas, o valor apurado no exercício foi de R\$112,4 milhões, queda de R\$12,1 milhões em comparação aos R\$124,5 milhões de 2022.

Parte dessa melhora nas despesas advém do aumento de R\$12,3 milhões na recuperação de despesas decorrentes da reclassificação de depósitos judiciais inicialmente registrados como despesa do exercício e da redução de R\$11,6 milhões nas despesas de benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar administrado pela Vivest.

Outras receitas e despesas

Em 2023 a rubrica outras receitas e despesas apresentou resultado positivo da ordem de R\$ 29,3 milhões. O principal impacto tem sua origem no ajuste positivo a valor justo das áreas classificadas nas rubricas investimento, R\$ 13,9 milhões, R\$ 17,1 milhões relativos aos ativos não circulantes destinados à venda e R\$ 1,5 milhão a título de mais valia na participação acionária na Empresa Universo Fotovoltaico Flutuante. No exercício a Companhia apurou ainda ganho de R\$ 0,8 milhão decorrente da alienação de equipamentos desmobilizados da antiga Estação de Transformação de Usina - ETU Traição acrescida de R\$ 0,2 milhão por

conta de desapropriações de áreas. Reduzindo o resultado temos o valor da transferência contábil de imóveis vinculados à concessão, da ordem de R\$ 2,5 milhões anteriormente registrados no patrimônio da companhia, somada aos gastos de R\$ 1,9 milhão de patrocínios e doações.

Resultado financeiro

Em 2023 destaca-se a rentabilidade das aplicações financeiras que no exercício proporcionou receita de R\$ 55,4 milhões, R\$ 12,7 milhões a mais que em 2022. Contribuiu para a melhora a manutenção de caixa médio de R\$ 430 milhões em 2023 ante aos R\$ R\$ 355,4 milhões médios de 2022 somada a uma taxa Selic média maior em 2023 em comparação ao exercício anterior, 13,25% em 2023 e 12,63% em 2022, respectivamente.

No exercício mesmo com impacto favorável das aplicações, o resultado financeiro ficou 23,8% menor que o apurado em 2022 por conta da menor variação do IGPM que corrige o contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga que no exercício de 2023 registrou -3,18%, ante os 5,46% obtidos em 2022.

Lucro líquido

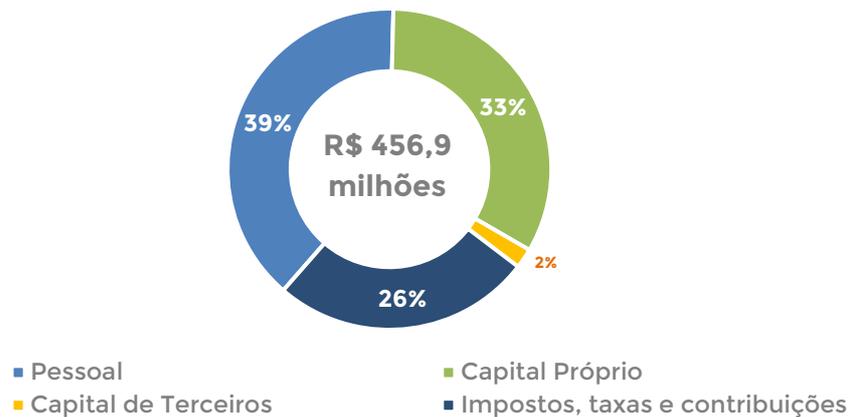
No exercício, o resultado antes dos impostos foi de R\$ 159,3 milhões, aumento de 103,8% em relação aos R\$ 78,2 milhões de 2022. Entretanto, devido ao impacto tributário decorrente do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP de R\$ 105,8 milhões declarados em 2023 (R\$ 41,2 milhões referentes ao resultado de 2022 e R\$ 64,6 milhões atribuídos ao exercício de 2023), somados ao resultado de equivalência patrimonial de R\$ 27,3 milhões auferidos por sua controlada, a Companhia encerrou o ano de 2023 com despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da ordem de R\$ 8,9 milhões, queda de 12,9% em relação aos R\$ 10,2 milhões registrados em 2022. A queda nas despesas mesmo com um aumento relevante de R\$ 81,1 milhões no resultado antes dos impostos demonstra a ótima gestão fiscal/ financeira realizada pela administração da Companhia.

Como reflexo dos fatores apresentados a EMAE apurou em 2023 lucro líquido de R\$ 150,5 milhões, aumento de 121,2% em relação aos R\$ 68,0 milhões apurados em 2022.

Caixa Líquido e endividamento

Ao final do exercício de 2023, a Companhia contava com disponibilidades no valor de R\$ 426,3 milhões, praticamente estável versus 2022 (queda de 2,38%). Além disso, a Companhia não registrou endividamento no exercício.

Distribuição do Valor Adicionado



Mercado de Capitais

A Companhia possui Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 285,4 milhões, posição 31 de dezembro de 2023, representado por 22.241.714 ações preferenciais (EMAE4) e 14.705.370 ações ordinárias (EMAE3). Em 2023, havia 30.102 acionistas na base da Companhia.

Remuneração aos acionistas

Em 2023, a EMAE já distribuiu parte dos resultados aos acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no montante total bruto de R\$ 64,6 milhões, o equivalente a R\$ 1,40 por ação ordinária e R\$ 1,54 por ação preferencial, sendo:

- R\$ 18,3 milhões, representando o valor líquido de R\$ 0,40 por ação ordinária e R\$ 0,44 por ação preferencial, pagos em 30/06/2023, e
- R\$ 46,3 milhões, representando o valor líquido de R\$ 1,00 por ação ordinária e R\$ 1,10 por ação preferencial, pagos em 26/12/2023.

Os valores serão imputados aos dividendos do exercício de 2023, a ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária.

Para aprovação da Assembleia Geral Ordinária prevista para 08 de abril de 2024, a Administração da EMAE propõe:

- i. Constituir Reserva Legal no valor R\$ 7,52 milhões;
- ii. Ratificar os JCP de R\$ 64,6 milhões pagos em 2023;
- iii. Realizar a Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 28,2 milhões, e
- iv. Constituir Reserva de recomposição de ativos no valor de R\$ 78,3 milhões.

d. Desempenho Operacional

Principais Indicadores

	2023	2022	Δ%
OPERACIONAIS			
Potência instalada (MW)	960,8	960,8	-
Energia gerada (MWh)	1.662.914	876.939	+89,6%
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ milhões)			
Receita Operacional líquida	603,3	532,7	+13,3%
Custo do serviço de energia elétrica	442,8	459,6	-3,6%
Despesas gerais e administrativas	112,4	124,5	-9,7%
Resultado financeiro	82,0	107,7	-23,8%
Lucro líquido do exercício	150,5	68,0	+121,2%
% ROL	24,9	12,8	+12,1pp
Lucro por ação (R\$)	4,07	1,84	+121,2%
SOCIAIS			
Número de empregados	376	413	-9,0%
Receita líquida por empregado (R\$ milhões)	1,6	1,3	24,4%

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

A geração de EBITDA foi positiva em R\$ 84,4 milhões, aumento de R\$ 108,1 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ -23,7 milhões do ano anterior.

	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida	603,3	532,7	13,3
Custo	-442,8	-459,6	-3,6
Despesas operacionais	-112,4	-124,5	-9,7
Depreciação e amortização	7,1	5,8	21,8
EBITDA *	84,4	-23,7	-
% ROL	14,0	-4,4	18,4 p.p
Receita operacional líquida AJUSTADA	500,8	464,6	7,8
EBITDA AJUSTADO**	101,4	17,7	-
% ROL AJUSTADA	20,3	3,8	16,5 p.p

* O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

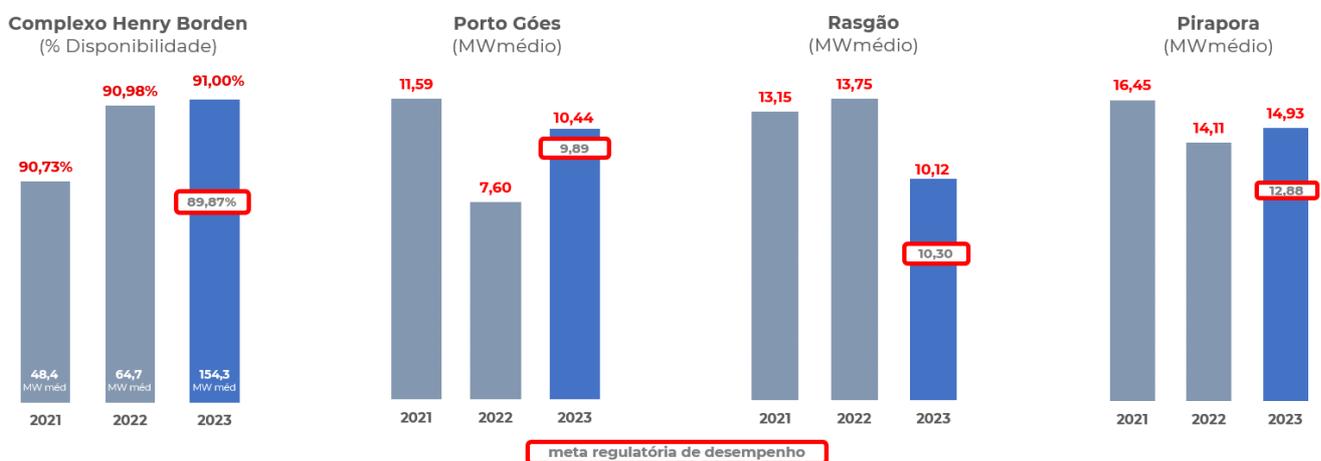
** O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo a rubrica outras receitas e despesas, custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE. Além dos expurgos já mencionados no EBITDA ajustado, na margem líquida ajustada está sendo excluída as receitas relativas à construção dos ativos da concessão.

Padrão de qualidade da geração

A ANEEL avalia a qualidade do serviço prestado pelas usinas hidrelétricas no regime de cotas por meio do indicador de desempenho denominado Ajuste pela Indisponibilidade – Aji. O resultado desse indicador é somado ou subtraído do cálculo do reajuste tarifário em julho de cada ano.

A EMAE atua permanentemente no sentido de manter os indicadores de desempenho de suas usinas dentro dos parâmetros regulatórios e teve sucesso em atender integralmente aos padrões estabelecidos pela ANEEL para as hidrelétricas sob gestão.

A produção de energia elétrica pela PCH Pirapora, em 2023, foi de 14,93 MW médios e superou a geração mínima estabelecida pela ANEEL para o ano que foi de 12,88 MW médios.



Governança, Gestão de Riscos e Conformidade

A EMAE tem reforçado seu compromisso com a evolução de suas práticas de governança, riscos e conformidade (GRC) e, no decorrer de 2023, atualizou suas Políticas de Gestão de Riscos e de Transações com Partes Relacionadas.

Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa da EMAE está pautado em princípios éticos, centrados na integridade e responsabilidade na tomada de decisões, com o foco na criação de valor para todos os públicos com os quais a Companhia se relaciona. Como sociedade anônima de capital aberto, a EMAE tem na Assembleia Geral de acionistas sua instância máxima de deliberação que conta com o apoio consultivo do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento, responsável pela supervisão do processo de indicação e avaliação de Administradores e conselheiros fiscais.

O Conselho de Administração tem, entre suas principais atribuições, a orientação superior, o direcionamento estratégico da Companhia e o acompanhamento dos negócios, assim como dos atos da Diretoria. O órgão é composto por 11 membros, sendo dois independentes, um eleito pelos acionistas preferencialistas, um representante dos empregados e o diretor-

presidente da Companhia. Conta com o apoio técnico do Comitê de Auditoria Estatutário, composto por até 5 membros, coordenado por um membro do Conselho de Administração e que, além de outras funções, zela pelo cumprimento do Código de Conduta e Integridade e supervisiona a elaboração das demonstrações financeiras, os controles internos e a auditoria interna.

A EMAE possui um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, eleito anualmente pela Assembleia Geral. Ao final de 2023, o Conselho Fiscal era composto por cinco membros efetivos, sendo um eleito pelos preferencialistas.

A Diretoria da Companhia é responsável pela execução dos negócios e da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. É composta por quatro membros: Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Administrativo e Diretor de Geração.

Além de seu Estatuto Social, políticas, códigos e práticas estabelecem regras e princípios que zelam pela boa governança corporativa da Companhia, como as Políticas de Segurança e Saúde, de Divulgação de Informação Relevante, de Distribuição de Dividendos e de Transações com Partes Relacionadas, além do Código de Conduta e Integridade. Todas as políticas estão disponíveis em: <https://ri.emae.com.br>.

Gestão de Riscos

A Companhia conta com uma área de gestão de riscos integrante do Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno e com um Comitê, composto por todos os diretores, com a função de assessorar o Conselho de Administração. O Comitê avalia, monitora e faz recomendações para aprimorar o processo de acompanhamento e controle de riscos da Empresa, fundamentado nas diretrizes estratégicas e no perfil de risco da EMAE.

Sistema de Controles Internos

A EMAE estabelece as diretrizes para a realização de seus processos por meio de documentos de governança e gestão. Esses documentos explicitam os valores, as competências e a alçada para a execução das atividades, além de padronizar e estabelecer as regras para sua execução.

O controle das atividades da Empresa é realizado por meio de sistemas integrados de gestão empresarial (ERP), ferramentas parametrizadas para refletir as regras do negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. Esses sistemas determinam as segregações de funções e níveis de aprovações, orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio e fluxo de caixa. Isso possibilita a manutenção do controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE, com um grau adequado de confiabilidade e a aplicação correta das normas contábeis dos órgãos reguladores, CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar os processos e controles internos existentes, bem como estabelecer novas rotinas para reduzir prazos, aumentar a precisão e a confiabilidade das informações e mitigar riscos, a Companhia conta com o Departamento de Auditoria Interna.

Em 2023, em linha com a busca contínua pela melhoria da transparência, equidade da informação, prestação de contas e responsabilidade, foram revisados o Programa de Integridade e o Código de Conduta e Integridade. A sexta versão do Código, aprovada na 421ª Reunião do Conselho de Administração realizada em 06/12/2023, é um orientador de conduta inspirado por princípios éticos. Ele define os conceitos que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais nas interações da EMAE, suas subsidiárias, seus colaboradores e todos que atuam em seu nome.

A Companhia mantém firme posicionamento em relação às práticas de conformidade e integridade, considerando seus princípios éticos e valores em todas as tomadas de decisões. Isso é importante para manter os altos padrões éticos da EMAE e garantir a confiabilidade e integridade de seus processos.

Segurança das Barragens

Como parte de sua estrutura operacional, a EMAE é responsável pelo controle de um sistema hidráulico composto por 20 estruturas que compreendem barragens, diques e sangradouros/vertedouros.

Em 2023, conforme exigências legais, a EMAE realizou as Revisões Periódicas de Segurança (RPS), cujo objetivo é obter um diagnóstico detalhado do estado geral de segurança das estruturas, bem como atualizar as informações hidrológicas das bacias hidrográficas, dos critérios de projeto e das condições de uso e ocupação do solo do lado da água represada e à frente das barragens. Os serviços foram realizados nas barragens do Rio Grande, Rio das Pedras, Edgard de Souza, Pirapora e Porto Góes.

Ainda atendendo exigências legais, a EMAE realizou as Inspeções de Segurança Regulares (ISR) em todas as estruturas da Empresa e preencheu os Formulários de Segurança de Barragens (FSB). Nesse contexto, todas as estruturas sob gestão da Companhia permaneceram com as mesmas classificações do ciclo anterior, ou seja, Classe “C” (Usina Elevatória São Paulo e Estrutura de Retiro) e Classe “B” as demais estruturas.

Planos de Ação de Emergência - PAE

A EMAE reconhece a importância da prevenção, informação e cooperação na criação de uma cultura de segurança na região em torno de suas usinas. Nesse sentido, a empresa mantém Planos de Ação de Emergência (PAEs) para suas barragens e outras estruturas, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens. Esses planos incluem procedimentos de notificação e alerta, mapas de inundação, sinalização de rotas de fuga, pontos de encontro e um fluxograma de notificação em caso de emergência.

Todos os PAEs são periodicamente revisados, e ao longo do ano a EMAE interagiu com as prefeituras municipais nas áreas onde atua. A Companhia presta apoio aos órgãos municipais na elaboração de seus Planos de Contingência e tem colaborado com esses interlocutores fornecendo placas de sinalização para identificação de rotas de fuga e pontos de encontro das áreas conhecidas como Zonas de Autos salvamento (ZAS).

A EMAE já apresentou o projeto para representantes da Defesa Civil Estadual bem como para diversas defesas civis municipais como São Paulo, São Bernardo do Campo, Cubatão,



Praia Grande, Santos, Mongaguá, Itanhaém, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Araçariguama, Salto, Itu e Elias Fausto".

Como parte integrante dos PAEs, a EMAE realizou o cadastramento das populações das cidades de Santana de Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Cabreúva, Salto, São Bernardo do Campo e Cubatão.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A EMAE firmou um Convênio para o desenvolvimento da proposta de Pesquisa e Desenvolvimento denominado “Solução alternativa para PAE em regiões de alta densidade populacional e edificações verticais usando sistemas de comunicação IoT”.

A realização desse Convênio visa a otimização técnica de sistemas de alertas e práticas de evacuação para operacionalização dos PAEs elaborados para Zonas de Auto salvamento com elevada densidade populacional urbana e com considerável predominância de construções verticalizadas, através de inovações tecnológicas da engenharia 4.0 e soluções condizentes com o cenário das áreas afetadas.

Conformidade - Comitê de Privacidade

Para atender às normativas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a EMAE formou em 2021 o Comitê de Privacidade, integrado por membros de todas as diretorias. A principal responsabilidade deste Comitê é supervisionar a maneira como a Companhia gerencia dados pessoais, garantindo a aderência às disposições da LGPD.

Audidores Independentes – Resolução CVM 162/22

A Companhia conta com os serviços de auditoria externa que desde junho de 2020, são prestados pela empresa Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S. Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor externo, a empresa contratada não prestou outros serviços além daqueles relacionados aos exames das demonstrações financeiras e contábeis regulatórias da EMAE e de sua subsidiária integral Pirapora Energia S.A.

e. Composição e Remuneração da Administração

Composição do Conselho de Administração

Integram o Conselho de Administração, ao final de 2023:

Nome	Cargo
Anderson Márcio de Oliveira	Presidente do Conselho
Marcio Rea	Diretor-Presidente da Companhia
Paulo Ferreira	Conselheiro independente
Marisete Fatima Daldad Pereira	Conselheira independente
André Pepitone de Nóbrega	Conselheiro eleito por Controlador
Samanta Ivonete Salvador Tavares de Souza	Conselheira eleita por Controlador
Cláudia Polto da Cunha	Conselheira eleita por Controlador
Leonardo José Mattos Sultani	Conselheiro eleito por Controlador
Marcos Barreto de Faria Pinho	Conselheiro representante dos acionistas preferencialistas
Milton Araújo Neto	Conselheiro representante dos empregados

Composição da Diretoria

A Diretoria Executiva da Companhia (Diretoria) é composta por um Diretor-Presidente e três diretores, que exercem suas atribuições de acordo com o determinado pelo Estatuto Social e pelo Regimento Interno da Diretoria. Seus membros são eleitos pelo Conselho de Administração, para mandato de dois anos, permitidas no máximo três reconduções consecutivas. Durante o exercício social de 2023, a Diretoria Executiva realizou 59 reuniões e ao final do ano, a composição da Diretoria da EMAE era a seguinte:

Nome	Cargo
Marcio Rea	Diretor-Presidente
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marise Grinstein	Diretora Administrativa
Álvaro Luiz Amorim Miranda	Diretor de Geração

Remuneração

A remuneração dos Administradores da EMAE, membros do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes da Fazenda do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC), e aprovada em Assembleia Geral.

Estabelecida a remuneração dos diretores, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração desses diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria é fixada por meio de deliberação do CODEC.

Os diretores têm sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (equivalente ao 13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios.

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e gratificação anual. Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 41 do Estatuto, a remuneração dos membros dos Comitês será fixada pela Assembleia Geral, e nos casos em que os integrantes de Comitês também sejam membros do Conselho de Administração, não será cumulativa.

Para o ano de 2023, o valor total da remuneração dos administradores aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, considerando os benefícios e encargos legais, foi de R\$ 5,5 milhões, incluindo a remuneração variável dos diretores.

Avaliação dos Administradores

Anualmente, o desempenho dos Administradores é avaliado considerando: (i) a exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa; (ii) a contribuição para o resultado do exercício; (iii) a consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e no atendimento à estratégia de longo prazo; (iv) os aspectos sobre as demonstrações financeiras; (v) o funcionamento do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria; (vi) a interação com o Conselho de Administração; (vii) o conhecimento técnico e da Companhia, e (viii) a auto avaliação individual.

O resultado da avaliação realizada em 2023 classificou que a atuação - colegiada ou individual - dos Administradores atendeu às expectativas legais e estatutárias.

f. Responsabilidade Ambiental

A EMAE tem integrado a preservação ambiental em todas as suas atividades e projetos, refletindo um compromisso contínuo com práticas sustentáveis. A gestão de resíduos é uma dessas práticas fundamentais, abrangendo tanto os detritos que alcançam as infraestruturas e reservatórios quanto os resíduos produzidos nos escritórios. Esses resíduos são coletados e encaminhados para reciclagem, compostagem ou aterros sanitários conforme suas características em parceria com cooperativas.

Contribuindo para a limpeza dos rios e reservatórios onde têm atuação, a EMAE emprega barreiras flutuantes e conjuntos escavo-barcaças para a remoção de detritos e vegetação, melhorando as condições das instalações hidráulicas. A parceria no projeto Pomar Urbano e a participação na implantação do Parque "Bruno Covas" exemplificam o compromisso da empresa com a recuperação ambiental e o desenvolvimento de espaços de lazer, sem gerar custos adicionais para a Companhia.

Em 2023, além de manter práticas de gestão responsável de resíduos e contribuir para projetos socioambientais, a EMAE expandiu seu compromisso com a sustentabilidade por meio do aumento da capacidade de geração de energia limpa. O destaque foi a inauguração da primeira fase do projeto de instalação de usinas fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, com 5MW de capacidade, o suficiente para abastecer cerca de 4 mil residências, marcando um passo importante na diversificação da matriz energética da Companhia e na promoção do uso eficiente dos recursos hídricos e de áreas. Esta iniciativa não só reforça o



uso múltiplo do reservatório, mas também contribui significativamente para o atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à energia limpa e ação climática, alinhando-se ao planejamento estratégico da EMAE para investir em fontes renováveis e modernizar suas instalações.

Adicionalmente, a EMAE tem expandido sua participação no programa de emissão de certificados de energia renovável I-REC, incluindo agora a UHE Henry Borden, enquanto a PCH Pirapora já faz parte desse programa. Essa iniciativa sublinha a dedicação da EMAE à geração de energia sustentável, certificando o comprometimento da empresa com práticas de baixo impacto ambiental. Esses certificados não apenas reconhecem a contribuição da Companhia para o meio ambiente, mas também oferecem a possibilidade de serem comercializados, reforçando o papel da empresa na liderança de práticas sustentáveis no setor energético.

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

ATIVO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	412.344	421.891	426.282	436.741
Revendedores.....	5	42.003	41.229	47.269	46.173
Ativo financeiro indenizável.....	12	17.314	12.394	17.314	12.394
IR e CSLL a recuperar.....		3.946	808	3.946	415
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	6	7.642	256	7.642	256
Estoque.....		1.826	1.842	1.826	1.842
Despesas antecipadas.....		396	3.919	413	3.919
Arrendamento UTE Piratininga.....	7	144.576	139.937	144.576	139.937
Ativo financeiro - Sabesp.....	23.1	8.708	8.323	8.708	8.323
Cauções e depósitos vinculados.....	10	232	612	232	612
Ativo não circulante mantido para venda.....	11	255.400	238.228	255.400	238.228
Outros créditos.....	8	8.965	2.231	1.457	1.601
		903.352	871.670	915.065	890.441
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Arrendamento UTE Piratininga.....	7	-	127.936	-	127.936
Ativo financeiro - Sabesp.....	23.1	87.813	86.250	87.813	86.250
Imposto de renda e contribuição social diferidos..	9	92.040	18.687	92.040	18.687
Cauções e depósitos vinculados.....	10	57.723	45.023	57.723	45.023
Ativo financeiro indenizável.....	12	358.573	257.496	358.573	257.496
Ativo reversível da concessão.....	13	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	14	298.007	293.186	146.220	130.762
Imobilizado.....	15	76.907	80.575	217.926	224.786
Intangível.....		16.523	13.819	16.556	13.930
		1.182.960	1.118.346	1.172.225	1.100.244
TOTAL DO ATIVO.....		2.086.312	1.990.016	2.087.290	1.990.685

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio Líquido

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		4.639	9.633	5.136	10.124
Folha de pagamento.....		3.543	3.783	3.543	3.783
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	16	16.405	16.500	16.405	16.500
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	60.000	37.457	60.000	37.457
Tributos e contribuições sociais.....		7.137	7.182	7.294	7.353
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	-	316	-
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	24.7	31.586	10.532	31.586	10.532
Encargos de uso da rede elétrica.....		170	180	170	180
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	17.314	12.394	17.314	12.394
Outras obrigações - Comgás.....	21	626	626	626	626
Obrigações Especiais - RGR.....	19	1.801	1.801	1.801	1.801
Obrigações Setoriais.....		4.041	899	4.049	906
Outros passivos.....	22	3.897	5.093	3.897	5.093
		<u>151.159</u>	<u>106.080</u>	<u>152.137</u>	<u>106.749</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	298.121	262.035	298.121	262.035
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	18.1	105.199	120.533	105.199	120.533
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	427.753	359.167	427.753	359.167
Outras obrigações - Comgás.....	21	11.223	11.851	11.223	11.851
Obrigações Especiais - RGR.....	19	3.599	5.399	3.599	5.399
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		<u>846.664</u>	<u>759.754</u>	<u>846.664</u>	<u>759.754</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	24	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		42.865	91.510	42.865	91.510
Reservas de lucros.....		373.083	315.491	373.083	315.491
Dividendo adicional proposto.....		-	44.640	-	44.640
		<u>1.088.489</u>	<u>1.124.182</u>	<u>1.088.489</u>	<u>1.124.182</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>2.086.312</u>	<u>1.990.016</u>	<u>2.087.290</u>	<u>1.990.685</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO - DRE

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
RECEITA LÍQUIDA.....	25	558.887	491.341	603.326	532.685
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	26	(424.716)	(442.203)	(442.849)	(459.606)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		134.171	49.138	160.477	73.079
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	26	(113.050)	(125.562)	(112.435)	(124.529)
Outras receitas e (despesas).....	26	29.261	21.974	29.261	21.974
Equivalência Patrimonial em controlada.....		27.255	25.092	-	-
		(56.534)	(78.496)	(83.174)	(102.555)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		77.637	(29.358)	77.303	(29.476)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	27	61.609	53.870	64.375	56.043
Despesas.....	27	(2.105)	(1.498)	(2.200)	(1.516)
Variações monetárias líquidas.....	27	19.857	53.135	19.857	53.135
		79.361	105.507	82.032	107.662
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		156.998	76.149	159.335	78.186
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	9.1/9.2	(54.811)	(82.996)	(57.148)	(85.033)
Diferidos.....	9.1/9.2	48.293	74.862	48.293	74.862
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24.2	150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores e não controladores.....		150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO BÁSICO POR:					
Ação preferencial.....	24.2	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100
Ação ordinária.....	24.2	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício.....	150.480	68.015
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de elementos do Ativo.....	-	368.965
Ajuste de elementos do Passivo.....	(73.705)	162.920
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	25.060	(180.841)
Total do resultado abrangente do exercício.....	101.835	419.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em milhares de reais (R\$)

EMAEE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS		RESERVAS DE LUCRO				LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL	
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	ELEMENTOS DO ATIVO	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS	RESERVA PARA CONTINGÊNCIA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR			DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO
Saldos em 1 de janeiro de 2022.....	285.411	383.618	3.512	-	(259.534)	38.380	144.076	101.391	36.020	4.860	-	737.734
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2021.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.860)	-	(4.860)
Ajustes de elementos do ativo.....	-	-	24.357	-	-	-	-	-	-	-	-	243.517
Ganhos atuariais líquidos do efeito tributário.....	-	-	-	107.527	-	-	-	-	-	-	-	107.527
Dividendos - JCP.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.974)	(19.974)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68.015	68.015
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	-	3.401	-	-	-	-	(3.401)	-
Dividendo adicional proposto.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.640	(44.640)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.777)	-	-	(7.777)
Saldos em 31 de dezembro de 2022.....	285.411	383.618	3.512	24.357	(152.007)	41.781	144.076	101.391	28.243	44.640	-	1.124.182
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2022.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.640)	-	(44.640)
Perdas atuariais líquidas do efeito tributário.....	-	-	-	(4.8645)	-	-	-	-	-	-	-	(4.8645)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.645)	(64.645)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.480	150.480
Constituição de reserva legal.....	-	-	-	-	-	7.524	-	-	-	-	(7.524)	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.243)	-	-	(28.243)
Constituição de reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	-	78.311	-	-	-	(78.311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	285.411	383.618	3.512	24.357	(200.652)	49.305	222.387	101.391	-	-	-	1.086.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Atividades operacionais				
Resultado do exercício.....	150.480	68.015	150.480	68.015
Resultado de equivalência patrimonial.....	(27.255)	(25.092)	-	-
Depreciação/ amortização.....	2.560	1.567	7.092	5.824
Indenizações - desapropriações.....	(288)	(2.048)	(288)	(2.048)
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	2.484	-	2.484	-
Despesa de entidade de plano de previdência.....	41.144	66.501	41.144	66.501
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	(526)	478	(526)	504
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	7.797	49.961	7.797	49.961
Tributos diretos.....	3.718	11	5.570	1.592
Apropriação Comgás.....	(628)	(560)	(628)	(560)
Ganho alienação de bens e direitos.....	(766)	(11.352)	(766)	(11.352)
Ajuste a valor justo - Elementos do Ativo.....	(32.630)	-	(32.630)	-
Provisão - Investimentos na Concessão.....	87.944	98.693	87.944	98.693
Apropriação despesas antecipadas.....	4.129	-	4.129	-
Atualização depósitos vinculados.....	(5.994)	(38)	(5.994)	(38)
Conciliação depósitos judiciais.....	1.737	-	1.737	-
Baixas.....	-	23	-	23
Permuta de imóveis - líquida de encargos.....	-	(9.835)	-	(9.835)
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(11.319)	(12.088)	(11.319)	(12.088)
Juros e variações monetárias do arrendamento UTP Piratininga.....	(13.161)	(55.251)	(13.161)	(55.251)
Variações nos ativos e passivos				
Revededores.....	(774)	(4.737)	(1.096)	(5.227)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(357)	370	(357)	370
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	(3.139)	1.326	(3.532)	1.356
Estoques.....	16	5	16	5
Despesas antecipadas.....	(606)	(3.260)	(623)	(3.002)
Cauções e depósitos vinculados.....	(8.064)	(9.371)	(8.064)	(9.371)
Sabesp.....	9.371	8.963	9.371	8.963
Outros créditos.....	251	1.077	656	1.335
Fornecedores.....	(4.994)	3.408	(4.988)	3.411
Folha de pagamento.....	(241)	(941)	(241)	(941)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(95)	4.165	(95)	4.165
Contribuições para plano de previdência.....	(56.218)	(56.572)	(56.218)	(56.572)
Tributos e contribuições sociais.....	(9.979)	609	(9.992)	642
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	-	316	-
Obrigações setoriais.....	3.142	(1.748)	3.143	(1.748)
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(23.131)	(7.281)	(23.131)	(7.281)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(10)	9	(10)	9
Obrigações Comgás.....	-	2.611	-	2.611
Obrigações especiais - RGR.....	(1.800)	(1.801)	(1.800)	(1.801)
Outros.....	(1.196)	(1.743)	(1.196)	(1.743)
	111.602	104.074	145.224	135.122
Dividendos recebidos.....	31.420	25.462	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(52.011)	(74.872)	(53.863)	(76.453)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	91.011	54.664	91.361	58.669
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado.....	(45)	(1.340)	(1.307)	(2.259)
Ativos financeiros indenizáveis.....	(127.463)	(69.296)	(127.463)	(69.296)
Aquisição de intangível.....	(4.036)	(3.960)	(4.036)	(3.960)
Indenizações - desapropriações.....	289	2.048	289	2.048
Torna - permuta de imóveis - líquida de encargos.....	-	9.835	-	9.835
Recebimento de arrendamento.....	136.458	152.400	136.458	152.400
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	779	11.352	779	11.352
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	5.982	101.039	4.720	100.120
Atividades de financiamento				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(106.540)	(29.565)	(106.540)	(29.565)
Pagamento óleo combustível.....	-	(3.555)	-	(3.555)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(106.540)	(33.120)	(106.540)	(33.120)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	(9.547)	122.583	(10.459)	125.669
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	421.891	299.308	436.741	311.072
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	412.344	421.891	426.282	436.741
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes	(9.547)	122.583	(10.459)	125.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	524.369	488.313	570.492	531.223
Outras receitas.....	29.261	21.974	29.261	21.974
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	526	(368)	526	(368)
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão...	106.621	73.384	107.883	74.303
	<u>660.777</u>	<u>583.303</u>	<u>708.162</u>	<u>627.132</u>
Menos:				
Insumos				
GSF (Garantia física).....	-	-	2.123	2.007
Encargos de uso da rede elétrica.....	51.903	45.300	52.411	45.676
Serviços de terceiros.....	129.447	113.179	133.904	118.159
Materiais.....	65.153	54.900	66.061	55.485
Provisão - Investimentos na Concessão.....	87.944	98.693	87.944	98.693
Outros custos operacionais.....	(9.398)	47.291	(8.855)	47.727
	<u>325.049</u>	<u>359.363</u>	<u>333.588</u>	<u>367.747</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	335.728	223.940	374.574	259.385
DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(2.560)	(1.567)	(7.092)	(5.823)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	333.168	222.373	367.482	253.562
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	61.609	53.870	64.375	56.043
Equivalência Patrimonial.....	27.255	25.092	-	-
Variações monetárias líquidas.....	19.857	53.135	19.857	53.135
	<u>108.721</u>	<u>132.097</u>	<u>84.232</u>	<u>109.178</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	441.889	354.470	451.714	362.740
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	118.295	101.281	122.663	104.845
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	41.144	66.501	41.144	66.501
F.G.T.S.....	7.584	5.011	7.860	5.237
	<u>167.023</u>	<u>172.793</u>	<u>171.667</u>	<u>176.583</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Encargos setoriais:				
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	9.630	4.418	9.630	4.418
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.584	1.500	1.678	1.586
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.437	4.189	4.437	4.189
	<u>15.651</u>	<u>10.107</u>	<u>15.745</u>	<u>10.193</u>
Federais:				
Imposto de renda e contribuição social.....	6.518	8.134	8.855	10.171
COFINS/PIS.....	62.837	60.219	64.521	61.785
INSS.....	18.631	18.209	19.598	18.999
	<u>87.986</u>	<u>86.562</u>	<u>92.974</u>	<u>90.955</u>
Municipais:				
ISS.....	747	649	747	649
IPTU.....	11.225	9.486	11.225	9.486
	<u>11.972</u>	<u>10.135</u>	<u>11.972</u>	<u>10.135</u>
	<u>115.609</u>	<u>106.804</u>	<u>120.691</u>	<u>111.283</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e encargos de dívidas.....	2.105	765	2.200	766
Aluguéis.....	6.672	6.093	6.676	6.093
	<u>8.777</u>	<u>6.858</u>	<u>8.876</u>	<u>6.859</u>
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....	64.645	19.974	64.645	19.974
Lucros retidos.....	85.835	48.041	85.835	48.041
Lucro líquido do período.....	<u>150.480</u>	<u>68.015</u>	<u>150.480</u>	<u>68.015</u>
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	441.889	354.470	451.714	362.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, merece destaque a Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 31 de dezembro de 2023 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Desde a



revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

A EMAE teve participação ativa na discussão pública sobre o processo de revisão tarifária ocorrida em 2023, cujos resultados foram divulgados na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.225/2023. Os valores aprovados decorrem da implementação de uma nova metodologia de cálculo, estabelecida no submódulo 12.1 do Procedimento de Revisão Tarifária (PRORET). Essa metodologia introduz um redutor anual de 0,7038% na parcela destinada a Operação e Manutenção (GAG O&M), como Fator de Eficiência, além de uma redução anual e progressiva na parcela destinada a Investimentos na Concessão (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia.

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., foi constituída como subsidiária integral da Companhia para a construção e gestão da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH). Esta usina possui duas unidades geradoras, potência instalada de 25 MW e a garantia física de 17,17 MW.

A PCH Pirapora obteve autorização para operar por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, que redefiniu o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2044. Esse prazo foi novamente prorrogado, estendendo-se até 02 de maio de 2045, como determinado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023. Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos, e na ocasião foi firmado concomitantemente contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria n° 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída. A primeira SPE foi criada em 2023, em parceria com a KWP Energia, uma vez que todas as condicionantes para a implantação dos primeiros 5MW foram atendidas.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

b. Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

Atualmente os dois principais imóveis à venda são um prédio situado na Rua Augusta e uma área adjacente à Marginal Pinheiros, próxima à junção com a Marginal Tietê.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 28 de fevereiro de 2024. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Nota 7 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 8 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 9 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 12 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 13 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 14 - Investimentos;
- Nota 15 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 17 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 18.1 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 20 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 29 - Instrumentos financeiros;
- Nota 30 - Gerenciamento de Riscos;
- Nota 31 - Compromissos de Longo Prazo;
- Nota 32 - Alterações não Caixa;

2.4 Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do plano de previdência complementar reconhecido a valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido assim como propriedades para investimento reconhecidas a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes a partir das Demonstrações Financeiras de 2022 e por meio do resultado a partir das Demonstrações Financeiras de 2023.

2.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remunera os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à razão de 1/12 avos, de forma a permitir sua confrontação com os custos e despesas dos

serviços de operação e manutenção e dos encargos realizados no mesmo período. O recebimento dessas cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contratos de prestação de serviços:

- Operação da UTE Piratininga;
- Operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

A Companhia reconhece a receita à medida que os serviços contratados são realizados.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 incluiu na Receita, parcela destinada à implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço, priorizando a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações - Investimentos na Concessão”, de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 - Contratos de Concessão, com base em estimativa elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

A) Benefícios de curto prazo a colaboradores

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.



B) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica Entidade de previdência a empregados.

C) Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas da Companhia:

Imposto Sobre Serviços (ISS) - de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

P&D - Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas de vendas, serviços e locações, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e quando aplicável, consideram a compensação de

prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são registrados no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Os impostos a recolher ou a recuperar, correntes e diferidos, são compensados somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

A Controlada Pirapora Energia S.A optou nos exercícios de 2023 e 2022 pela tributação através do Lucro Presumido.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido pela Companhia, no balanço patrimonial na rubrica “Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher” pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos, o qual reflete as incertezas, se houver, na sua apuração. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos apurados de acordo com a legislação societária e os apurados de acordo com a legislação tributária. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e podem ser reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que estavam vigentes até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados são classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras) e estão registrados ao custo médio de aquisição.

3.7 Arrendamentos para terceiros

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

3.8 Ativo financeiro indenizável

O escopo da Interpretação Técnica *ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão*. A ICPC 01 (R1) indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª e 4ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

O Ativo financeiro Indenizável é amortizado de acordo com o prazo remanescente da concessão concomitantemente à redução na provisão constituída na rubrica de Outras Obrigações - Investimento na Concessão.

3.9 Ativo reversível da concessão

Em 4 de dezembro de 2012, as concessões das usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes foram renovadas e, de acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão foram revertidos para a União mediante indenização, cujo valor está em processo de definição pelo Poder Concedente.

A Companhia mantém registrados, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

3.10 Investimentos

A companhia possui dois tipos de investimentos:

- Participação acionária em controlada e coligada reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.

- Bens corpóreos destinados à obtenção de renda ou valorização do capital reconhecidos a valor justo.

3.11 Imobilizado

A) Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

B) Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

C) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 15.

3.12 Intangível

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.13 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como “custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e

mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.14 Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros

Ativos financeiros incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A estimativa para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 8.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.15 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Novas normas e alterações emitidas em 2023

CPC 12 (R1) Ajuste a Valor Presente

Este Pronunciamento tem como objetivo esclarecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo em razão da elaboração de demonstrações contábeis. Esta norma substitui o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente aprovado em 05 de dezembro de 2018.

A Companhia analisou o CPC 12 (R1) e não identificou impacto relevante em razão da sua aplicação.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº22/2022

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20(R1) e CPC 41 em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes em razão da aplicação da revisão nº22/2022

Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 23/2023

Esta revisão estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2) em razão das alterações de classificação de Passivos como Circulante e Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento. A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024.

A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão nº 23/2023.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24/2023

Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1) em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamentos de Fornecedores. A vigência destas alterações está condicionada a aprovação dos órgãos reguladores.

A Companhia analisou as alterações e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão 24/2023.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Caixa e bancos conta movimento.....	4 09	145	4 09	145
Aplicações financeiras (a).....	4 11.935	4 21.746	4 25.873	4 36.596
	4 12.344	4 21.891	4 26.282	4 36.741

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data

de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 12,97% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 12,1% em 31 de dezembro de 2022.

5. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	42.003	41.229	47.269	46.173

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
ICMS compensável.....	3.258	2
INSS a recuperar.....	248	217
ISS a recuperar.....	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	4.129	30
	7.642	256

7. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

7.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram um contrato denominado Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. Esse contrato envolveu a transferência dos ativos operacionais, incluindo terreno e dos direitos de exploração de geração de energia elétrica com remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, a ser paga em 34 parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano. A Petrobras construiu em parte do terreno arrendado, a Usina Termelétrica Nova Piratininga e passou a operar ambas em ciclo combinado, com a utilização de gás e vapor.

Em 21 de maio de 2008 a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. - BSE que, em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação.

Na hipótese de a ANEEL não emitir um novo ato autorizativo, o contrato prevê sua resolução e prazo de 60 dias para liquidação das obrigações pendentes e devolução dos bens arrendados.

O contrato prevê, ao final da sua vigência, a obrigação da BSE de devolver os bens arrendados, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". Para essa finalidade, o Contrato estabelece a elaboração de um laudo, por empresa contratada de comum acordo entre as partes, que permita apurar o montante de eventuais obrigações contratuais denominadas passivos patrimoniais a ser indenizado pela BSE/Petrobras à EMAE além de apurar eventuais investimentos feitos pela BSE/Petrobras, a serem indenizados pela EMAE.

O contrato prevê a possibilidade de renovação, porém, em março de 2023, a BSE/Petrobras formalizou não ter interesse em renová-lo. Na mesma correspondência, a Petrobras indicou interesse em alugar o terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, devolvendo os demais ativos à EMAE (UTE Piratininga e áreas remanescentes).

Por ocasião do vencimento da 32ª parcela, em dezembro de 2023, a BSE/Petrobras pagou parte do valor devido, alegando que com o encerramento em 27/04/2024, cessam suas obrigações financeiras. O entendimento de que não seriam devidas as parcelas 33ª e 34ª e parte da 32ª foi contestado pela EMAE que através da avaliação jurídica considera legítima a cobrança do contrato pelo valor global, tal como vem sendo realizada.

Esse assunto se encontra em negociação entre as partes.

7.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada, de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.23
	Saldo 31.12.22	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	139.937	134.613	6.484	(136.458)	144.576
Não Circulante.....	127.936	(134.613)	6.677	-	-
	267.873	-	13.161	(136.458)	144.576

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(2.897)	(9.381)
Variação monetária.....	744.844	738.167
Recebimentos.....	(1.362.371)	(1.225.913)
	144.576	267.873

- (a) Juros não realizados do contrato de arrendamento, relativos aos recebimentos das parcelas futuras.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Circulante				
Projetos em curso (a).....	1.020	-	1.020	-
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.404	1.404	1.404	1.404
Garantia CCEE (d).....	25	-	33	-
Dividendos a receber.....	6.473	-	-	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	1.043	651	-	-
Petrobrás - Operação - UTE Piratininga.....	-	805	-	805
Aluguéis / Locação.....	94	217	94	217
Eduardo Yassuda O&M.....	440	768	440	768
Multas contratuais (e).....	627	626	627	626
Convênio SEEM - atual SEMIL (Nota 23.3).....	-	529	-	529
Alienação de bens e direitos.....	94	-	94	-
I - Rec (f).....	-	-	-	21
Sucata (g).....	-	12	-	12
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (h).....	(6.399)	(6.925)	(6.399)	(6.925)
	8.965	2.231	1.457	1.601

- a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei n° 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Devido ao mandado de segurança n° 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na

realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE;

- c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se registrados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”;
- d) Garantia contratual depositada em conta bancária vinculada a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE em razão do Mercado de Curto Prazo;
- e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Direito pela venda de certificados Internacionais de Energia Renovável - I - REC;
- g) Bens desmobilizados da ETU- Estação de Transformação de - Usina São Paulo registrados a valor contábil e vendidos por meio de processo licitatório no 1º trimestre 2023;
- h) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 correspondente a 6.399, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 628, multas contratuais; R\$ 183, Operação & Manutenção Eduardo Yassuda; e R\$ 40 referente a locações e aluguéis.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

9.1 CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	76.149	159.335	78.186	156.998	76.149	159.335	78.186	78.186
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(19.037)	(39.834)	(19.547)	(14.130)	(6.853)	(14.340)	(7.037)	(7.037)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	6.814	-	-	2.452	2.257	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	26.454	26.454	4.994	9.523	1.798	9.523	1.798	1.798
Incentivos fiscais.....	2.388	2.388	2.788	-	-	-	-	-
Outros.....	(560)	(560)	(254)	(209)	(100)	(209)	(100)	(100)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada Pirapora Energia S.A.....								
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(4.154)	(5.236)	(6.614)	(2.364)	(2.898)	(3.111)	(3.557)	(3.557)
Corrente.....	(39.664)	(60.282)	(41.254)	(15.147)	(22.714)	(15.894)	(23.373)	(23.373)
Diferido.....	35.510	55.046	35.510	12.783	19.816	12.783	19.816	19.816
Alíquota efetiva.....	3%	7%	8%	2%	4%	2%	5%	5%

9.2 COMPOSIÇÃO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	140.408	125.952	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	24.208	53.906
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	24.130	23.643
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	76.006	57.579	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	92.241
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....			8.158	
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	50.547	45.342	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	8.715	19.406
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	8.687	8.511
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	27.361	20.728	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	33.207
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....			2.936	
	294.322	249.601	202.282	230.914
Compensação entre Ativos e Passivos (g).....	(202.282)	(230.914)	(202.282)	(230.914)
	92.040	18.687	-	-

a) Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;

b) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 7);

c) Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 23.1);

d) Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 17);

e) Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;

f) Passivo fiscal diferido relativos a ajustes de elementos do ativo em contrapartida ao resultado;

g) Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023.....	13.710
2024.....	9.847
2025.....	9.847
2026.....	9.847
2027.....	9.847
2028 até 2042.....	137.857
	<u>190.955</u>

O montante de R\$ 190.955 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, Nota 9.2 alínea (a).

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Circulante		
Depósitos vinculados (a).....	232	612
Não circulante		
Depósitos judiciais (b).....	57.723	45.023
	<u>57.955</u>	<u>45.635</u>

- a) Refere-se à caução vinculado ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito de maior relevância, R\$ 18.566 refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. Foi notado pela EMAE que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo - SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.

11. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Classificam-se nesta rubrica os Ativos não circulantes de propriedade da EMAE que serão objeto de alienação por meio de processo licitatório nos próximos 12 meses.

A partir de 2022 a Companhia, com base em Laudos de Avaliação elaborados por instituições certificadas, registrou a valor justo, dois imóveis, o terreno relativo ao Parque Villa Lobos, e o terreno Bota- Fora 14. ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento. O terreno do parque foi posteriormente objeto de permuta com imóvel Edifício situado na Rua Augusta que, juntamente com o Bota-Fora 14, foram realocados como Ativo não circulante mantidos para venda após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos através de processo licitatório.

Em 31 de dezembro de 2023, os seguintes imóveis compõem essa rubrica:

Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 – São Paulo/SP

Por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada a realizar permuta de edifício de sua propriedade localizado à Rua Augusta, n.º 1626, São Paulo/SP, avaliado em R\$ 82.461, com terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserido no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do n.º 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliado em R\$ 94.770. Coube à EMAE receber à vista a torna resultante da diferença entre o valor dos imóveis equivalente a R\$ 12.309, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi objeto de Comunicado ao Mercado em 21 de julho de 2022.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de novembro de 2022 foi autorizada a alienação mediante licitação pública do referido imóvel.

Terrenos – Zuccolo (antigo bota-fora 14)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022 foi autorizada sua alienação mediante licitação pública.

Cabe destacar que para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda, e para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) n.º 28 – Propriedade para Investimento.

Durante o exercício de 2023 ambos os imóveis foram objeto de nova avaliação realizada por entidade certificada ajustando seus valores conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo 01.01.22	Outros Resultados Abrangentes	Saldo 31.12.22	Resultado	Saldo 31.12.23
ATIVO					
Terrenos Zuccolo	17	155.750	155.767	15.233	171.000
Custo histórico.....	17	-	17	-	17
Ajuste a valor justo.....	-	155.750	155.750	15.233	170.983
Edifício Rua Augusta	-	-	82.461	1.939	84.400
Custo histórico.....	-	-	82.461	-	82.461
Ajuste a valor justo.....	-	-	-	1.939	1.939
	17	155.750	238.228	17.172	255.400

12. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG, conforme Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET - submódulo 12.

A Companhia classifica o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado						Saldo em 31.12.23
	Saldo em 31.12.22	Adições (a)	Transferência	Crédito Pis/Cofins	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante							
Ativo financeiro.....	12.394	-	19.358	-	-	(14.438)	17.314
	12.394	-	19.358	-	-	(14.438)	17.314
Não circulante							
Adiantamento a fornecedores.	22.011	48.758	-	-	(23.834)	-	46.935
Ativo financeiro.....	235.485	102.539	(19.358)	(7.028)	-	-	311.638
	257.496	151.297	(19.358)	(7.028)	(23.834)	-	358.573
TOTAL	269.890	151.297	-	(7.028)	(23.834)	(14.438)	375.887

a) Investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética;

b) Compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens;

c) Amortização dos investimentos realizados (Nota 20).

13. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Este termo refere-se aos bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam amortizados ou depreciados em 31 de dezembro de 2012 e que, em virtude da prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, de acordo com o artigo 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, conforme alterada.

Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar, estabeleceu em Diretoria o valor de R\$ 281,1 milhões,

base 31 de dezembro de 2012, e encaminhou a avaliação técnica para o Ministério de Minas e Energia para providências cabíveis.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 195,4 milhões.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Pirapora Energia S.A (a).....	151.787	162.424	-	-
Áreas adjacentes - U. São Paulo (b)....	144.717	130.762	144.717	130.762
Universo Fotovoltaico Flutuante (c)....	1.503	-	1.503	-
Total.....	298.007	293.186	146.220	130.762

- a) A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.12.23	31.12.22
Ativo.....	160.281	164.137
Passivo.....	8.494	1.713
Patrimônio Líquido.....	151.787	162.424
	2023	2022
Lucro do exercício.....	27.255	25.092

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2021.....	162.794
Dividendo adicional referente a 2021 pago em 2022.....	(14.155)
Resultado de equivalência patrimonial.....	25.092
Dividendos antecipados 1º semestre 2022.....	(11.307)
Saldo em 31.12.2022.....	162.424
Dividendo adicional referente a 2022 pago em 2023.....	(12.530)
Resultado de equivalência patrimonial.....	27.255
Dividendo obrigatório.....	(6.473)
Realização de reserva de retenção de lucro.....	(18.889)
Saldo em 31.12.2023.....	151.787

b) Áreas adjacentes à Usina São Paulo

Propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Ajuste a valor justo

Até 30 de junho 2022, os bens classificados como propriedades para investimento estavam reconhecidos a custo histórico. A partir do 3º trimestre de 2022, a Companhia, com base em Laudo de instituição certificada, registrou a valor justo, por ocasião da transferência para propriedades para investimentos, os imóveis denominados espaços A e C subjacentes à Usina São Paulo, com a correspondente contrapartida na conta Ajustes de Elementos do Ativo, no patrimônio líquido. Para fins de impostos, o valor dessa mais valia será realizado conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda. Para fins societários em caso de alienação do bem recebido em permuta será aplicado o disposto no item 62 do CPC 28 - Propriedade para Investimento.

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.23
	Saldo 01.01.22	Outros Resultados Abrangentes	Saldo 31.12.22	Resultado	
ATIVO					
Áreas adjacentes Usina São Paulo	2	130.760	130.762	13.955	144.717
Custo histórico.....	2	-	2	-	2
Ajuste a valor justo.....	-	130.760	130.760	13.955	144.715

c) Participação em coligada

Participação acionária de 5% no empreendimento Universo Fotovoltaico Flutuante referente Implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, inaugurado a primeira fase do projeto em dezembro de 2023 com 5 MW de potência em geração distribuída.

Universo Fotovoltaico Flutuante	31.12.23
ATIVO	30.061
Ativo circulante.....	10
Ativo não circulante.....	30.051
PASSIVO	30.061
Passivo circulante.....	-
Passivo não circulante.....	-
Patrimônio Líquido.....	30.061
RESULTADO	-
Resultado do exercício.....	-

15. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.22	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.23
Controladora							
Em serviço							
Terrenos.....		4.954		(2.484)	-	-	2.470
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	753		-	-	(63)	690
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.483	-	-	-	(981)	3.502
Veículos.....	14,3%	399		-	-	(157)	242
Móveis e Utensílios.....	6,3%	298		-	-	(29)	269
Subtotal.....		10.887	-	(2.484)	-	(1.230)	7.173
Em curso.....		69.688	46	-	-	-	69.734
Total Controladora.....		80.575	46	(2.484)	-	(1.230)	76.907
Consolidado							
Em serviço							
Terrenos.....		4.954	-	(2.484)	-	-	2.470
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	43.796	-	-	(809)	(1.071)	41.916
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.244	-	-	-	(1.185)	45.059
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.406	9	-	(291)	(3.242)	55.882
Veículos.....	14,3%	399	-	-	-	(157)	242
Móveis e Utensílios.....	6,3%	299	-	-	-	(29)	270
Subtotal.....		155.098	9	(2.484)	(1.100)	(5.684)	145.839
Em curso.....		69.688	1.299	-	1.100	-	72.087
Total Consolidado.....		224.786	1.308	(2.484)	-	(5.684)	217.926
Controladora							
Em serviço							
Terrenos.....		5.060		(14)	(92)	-	4.954
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	817		-	-	(64)	753
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.724	21	-	2.372	(634)	4.483
Veículos.....	14,3%	526		-	27	(154)	399
Móveis e Utensílios.....	6,3%	287	38	-	-	(27)	298
Subtotal.....		9.414	59	(14)	2.307	(879)	10.887
Em curso.....		69.349	1.280	(8)	(933)	-	69.688
Total Controladora.....		78.763	1.339	(22)	1.374	(879)	80.575
Consolidado							
Em serviço							
Terrenos.....		5.060	-	(14)	(92)	-	4.954
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	44.078	742	-	-	(1.024)	43.796
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	47.375	-	-	-	(1.131)	46.244
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.556	198	-	2.372	(2.720)	59.406
Veículos.....	14,3%	526	-	-	27	(154)	399
Móveis e Utensílios.....	6,3%	288	38	-	-	(27)	299
Subtotal.....		156.883	978	(14)	2.307	(5.056)	155.098
Em curso.....		69.349	1.280	(8)	(933)	-	69.688
Total Consolidado.....		226.232	2.258	(22)	1.374	(5.056)	224.786

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2023 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

Estrutura Edgard de Souza

A EMAE iniciou tratativas para motorizar as estruturas existentes junto à barragem Edgard de Souza com aproveitamento integral das instalações cujos bens estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo o montante de R\$ 69.688 em 31 de dezembro de 2023.

16. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Provisão de férias e encargos.....	11.441	11.711
PLR e Bonus.....	4.964	4.789
	16.405	16.500

17. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMAE e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMAE possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMAE, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMAE, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMAE é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV)

A criação dos subplanos do PSAP/EMAE remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a) Plano saldado BSPS – vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. A EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPS.

b) Plano BD – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c) Plano CV – iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuariais relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAE

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou, por meio da Portaria nº 201, a mudança do indexador do plano do IGP-DI para IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAE.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor das obrigações de benefício pós-emprego relativos à previdência complementar administrado pela Vivest corresponde a R\$ 413.884 que ajustados pela avaliação atuarial independente, conforme CPC 33 (R1) resulta em um saldo de R\$ 358.121.

Política de Investimentos do PSAP/EMAE

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("*Asset Liability Management*"), resultou na alocação média no ano de 83% em renda fixa, 11% em renda variável e 6% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 10,87% em 2023, ante a meta atuarial de 10,10% no mesmo período.

Premissas atuariais para cálculo conforme CPC 33 (R1) IAS19

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	31.12.23	31.12.22
Taxa nominal utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial....	9,39%	10,12%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	10,12%	10,12%
Taxa de crescimento salarial futuro.....	3,75%	1,01%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada.....	3,75%	3,75%
Fator de capacidade do benefício/salário preservar seu poder aquisitivo.....	3,75%	3,75%
Taxa de rotatividade.....	não adotada	não adotada
	AT - 2000 Masculina	AT - 2000 Masculina
Tábua de mortalidade geral.....	suavizada em 10%	suavizada em 10%
	AT-49 Masc	AT-49 Masc
Tábua de mortalidade de inválidos.....	agravada em 10%	agravada em 10%
	Mercer Disability Masculina	Mercer Disability segregada por sexo suavizada em 50%
Tábua de entrada em invalidez.....	suavizada em 50%	suavizada em 50%
BSPS	31.12.23	31.12.22
Nº de participantes ativos	283	290
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	741	740
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	29	29
Nº de participantes inativos - pensionistas	101	95
BD	31.12.23	31.12.22
Nº de participantes ativos	307	318
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	724	722
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	28	28
Nº de participantes inativos - pensionistas	98	92
CV	31.12.23	31.12.22
Nº de participantes ativos	303	314
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	485	478
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	14	14
Nº de participantes inativos - pensionistas	51	50

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Total do passivo atuarial.....	1.183.913	1.080.331	470.304	486.682	87.426	77.040	1.741.643	1.644.054
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(836.133)	(798.075)	(500.623)	(466.534)	(60.091)	(55.555)	(1.396.847)	(1.320.164)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	30.319	(10.074)	(16.994)	(14.324)	13.325	(24.398)
Passivo líquido (ativo).....	347.780	282.256	-	10.074	10.341	7.162	358.121	299.492

Movimentação das obrigações dos planos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.080.331	1.169.721	486.682	541.316	77.040	108.660	1.644.053	1.819.697
Custo do serviço corrente.....	-	-	4.643	7.138	37	-	4.680	7.138
Juros sobre obrigação atuarial.....	104.729	104.653	48.227	49.422	7.780	9.733	160.736	163.808
Redimensionamento da obrigação.....	92.386	(103.115)	(49.390)	(90.924)	6.210	(41.024)	49.206	(235.063)
Benefícios pagos.....	(93.536)	(90.928)	(21.682)	(20.270)	(3.641)	(329)	(118.859)	(111.527)
Contribuição de participante.....	3	-	1.824	-	-	-	-	-
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.183.913	1.080.331	470.304	486.682	87.426	77.040	1.739.816	1.644.053

Movimentação dos ativos do plano

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Valor justo do ativo do plano.....	(798.076)	(779.912)	(466.534)	(457.915)	(55.554)	(45.738)	(1.320.164)	(1.283.565)
Contribuições da empresa para o plano.....	(54.911)	-	(1.788)	-	(1.123)	(10.003)	(57.822)	(10.003)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(76.164)	(68.479)	(46.188)	(41.683)	(5.605)	(3.894)	(127.957)	(114.056)
Rendimento dos ativos do plano (superior/ inferior à taxa de desconto).....	(515)	(36.780)	(5.971)	15.171	(1.450)	9.538	(7.936)	(12.071)
Contribuições de participantes para o plano.....	(3)	(3.832)	(1.824)	(2.377)	-	(5.786)	(1.827)	(11.995)
Benefícios pagos pelo plano.....	93.536	90.928	21.682	20.270	3.641	329	118.859	111.527
Valor justo do ativo do plano.....	(836.133)	(798.075)	(500.623)	(466.534)	(60.091)	(55.554)	(1.396.847)	(1.320.163)

Conciliação do valor líquido do passivo atuarial

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	282.255	389.808	10.074	41.700	7.162	20.974	299.491	452.482
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	28.565	36.174	6.682	14.878	2.212	5.839	37.459	56.891
Contribuição da empresa para o plano.....	(54.911)	(43.274)	(1.788)	-	(1.123)	(10.003)	(57.822)	(53.277)
Contribuições de participantes para o plano.....	-	(3.832)	-	(2.377)	-	(5.786)	-	(11.995)
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	91.871	(96.621)	(14.968)	(44.127)	2.090	(3.862)	78.993	(144.610)
Efeito do teto do Ativo/ Compartilhamento de Risco.....	-	-	-	-	-	(14.324)	-	(14.324)
Saldo final.....	347.780	282.255	-	10.074	10.341	(7.162)	358.121	285.167

Análise de sensibilidade

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	1.237.815	1.137.426	496.065	512.403	94.506	81.112	1.828.386	1.730.941
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	1.134.042	1.023.235	446.752	460.960	80.919	72.968	1.661.713	1.557.163
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	1.183.913	1.078.083	470.304	485.668	87.426	76.719	1.741.643	1.640.470
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	1.183.913	1.075.179	470.304	500.299	87.426	77.076	1.741.643	1.652.554
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%.....	1.183.913	1.080.843	470.304	484.784	87.426	77.077	1.741.643	1.642.704
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	1.183.913	1.072.797	470.304	492.846	87.426	76.879	1.741.643	1.642.522
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	1.183.913	1.078.083	470.304	485.668	87.426	76.719	1.741.643	1.640.470
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%.....	1.183.913	1.075.179	470.304	500.299	87.426	77.076	1.741.643	1.652.554

As movimentações das mensurações atuariais reconhecidas em "Outros Resultados Abrangentes" são como segue:

	31.12.23	31.12.22
(a) Saldo no início do exercício.....	(152.007)	(259.534)
(b) (Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto.....	(116.554)	174.691
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica.....	67.353	34.862
(d) (Perda) Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica.....	5	25.510
(e) (Perda) Ganho atuarial gerado pelo rend. efetivo dos ativos do plano.....	7.936	(31.203)
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	(37.723)	(59.251)
(g) Efeito dos pagamentos do equacionamento das dívidas.....	5.278	18.311
(h) Efeito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f+g)....	(73.705)	162.920
(i) Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	25.060	(55.393)
Saldo no final do exercício (a+h+i).....	(200.652)	(152.007)

A estimativa da despesa para o exercício de 2024 está demonstrada a seguir:

	2024
Custos dos serviços correntes.....	(4)
Juros sobre obrigação atuarial.....	(157.276)
Rendimento esperado dos ativos dos planos.....	128.042
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso.....	(1.251)
Total da despesa projetada para o exercício.....	(30.489)

Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Vivest

Com o saldamento do plano que era oferecido aos empregados até 1997, foi formalizado um contrato de ajuste de reservas para amortizar o déficit técnico atuarial do BSPS entre a EMAE e a Fundação CESP à época e atual VIVEST.

O contrato está no terceiro aditivo com vencimento previsto para março de 2032. Com a mudança do indexador do plano para IPCA, o saldo atual do contrato também é atualizado pelo IPCA a partir de maio de 2021 e é integrado anualmente ao superávit ou déficit apurado em cada avaliação atuarial, recalculando as parcelas de amortização com base nesse novo saldo e o prazo de vencimento do contrato.

De acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis, eventuais déficits nos subplanos BD e CV também devem ser equacionados, sendo que o subplano CV já exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015 e de 2018 a 2021, não sendo necessário equacionamento em função da avaliação atuarial de 2023.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 decorre da diferença entre as metodologias contábeis utilizadas para cada finalidade. Em 31 de dezembro de 2023, a diferença entre essas duas metodologias é a seguinte:

Critério - Atuário Independente - CPC 33 (R1)

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.23
BSPS.....	836.133	1.183.913	347.780	347.780
BD.....	500.623	470.304	(30.319)	-
CV.....	60.091	87.426	27.335	10.341
Total.....	1.396.847	1.741.643	344.796	358.121

Critério - Atuário responsável pelo plano - Método Previc

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.23
BSPS.....	836.133	1.245.367	409.234	409.234
BD.....	500.623	501.133	510	-
CV.....	205.927	241.457	35.530	4.650
Total.....	1.542.683	1.987.957	445.274	413.884

Estimativa dos fluxos de benefícios para os próximos anos:

	BSPS	BD	CV	Total
2024.....	100.651	32.649	6.772	140.072
2025.....	103.352	34.416	7.021	144.789
2026.....	105.943	36.003	7.258	149.204
2027.....	108.429	37.766	7.486	153.681
2028.....	110.749	39.334	7.719	157.802
Próximos 5 anos.....	581.724	219.859	41.630	843.213
	1.110.848	400.027	77.886	1.588.761

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

18.1. CONTINGÊNCIAS – POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.23
	Saldo 31.12.22	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a)....	40.659	6.926	(31.240)	(3.577)	12.768
Diversas (b).....	22.499	49.194	(29.418)	(19.555)	22.720
	63.158	56.120	(60.658)	(23.132)	35.488
Cíveis (c).....	45.589	8.363	(1.793)	-	52.159
Tributárias (d).....	5.822	12.682	(7.642)	-	10.862
Ambiental (e).....	5.954	681	(38)	-	6.597
Administrativo.....	10	93	(10)	-	93
	120.533	77.939	(70.141)	(23.132)	105.199

A) Periculosidade

Trata-se de reclamação trabalhista coletiva, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em face da EMAE, em 07/07/1999, pretendendo o pagamento de adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados, tendo sido mantida a sentença em todos os graus de recurso havidos, com o trânsito em julgado da decisão. A ação foi classificada, em sua probabilidade de êxito, em perda provável pelos advogados da Companhia. Iniciada a fase de execução da sentença, foram homologados os cálculos apresentados pelo perito judicial, os quais apresentaram substancial dissonância para com os termos da sentença em execução. O laudo pericial contemplou 32 empregados, sendo tais aqueles que não realizaram acordo no processo. Arguida, pela EMAE, a nulidade da perícia judicial por não ter sido realizada na forma determinada por sentença judicial, foi mantida a decisão de perícia contábil pelo magistrado, motivo pelo qual, na data de 03/03/2023, a EMAE interpôs recurso de Agravo de Petição e, na data de 10/03/2023, a EMAE impetrou Mandado de Segurança, ambos os recursos com o mesmo objetivo, porém com razões processuais distintas. O Agravo de petição possui, como

objetivo, anular a perícia judicial realizada, sob o fundamento de que o dispositivo da sentença transitada em julgado determina que as parcelas deferidas deverão ser apuradas por meio de liquidação por artigos, e que, portanto, não poderia ter sido realizada de forma meramente contábil. O Mandado de Segurança - Processo nº 1005331-61.2023.5.02.0000 - possui os mesmos objetivos e fundamentos do Agravo de petição, porém, foi impetrado com o objetivo de propiciar maior segurança recursal. Durante o 3º trimestre de 2023, com fundamento em laudo contábil elaborado por entidade certificada, a companhia converteu parte do valor classificado como “provável” em “possível”, em função da possibilidade de êxito, relativo à parcela controversa, no recurso de Agravo de Petição e no Mandado de Segurança, respectivamente interposto e impetrado, bem como, em função da efetivação de acordos judiciais em valores menores com alguns dos empregados favorecidos na ação. A classificação de probabilidade do presente processo mantém-se como "provável", porém, por convenção interna, parte dos valores foi reclassificada para "possível", sendo estes os correspondentes à diferença entre os cálculos homologados pelo juízo (deduzidos os valores dos acordos já realizados no período) e os cálculos apresentados pela EMAE em sua impugnação acrescidos de 15% a título de honorários advocatícios.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados que requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, base horária, insalubridade e outras questões.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo mais relevante o processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite o provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro 2023 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 44.141 (R\$ 40.512 em 31 de dezembro de 2022).

D) Tributário

Trata-se, principalmente, de Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151. inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 31 de dezembro de 2023, ainda que o sucesso da EMAE no pleito seja provável, resta um valor estimado de pagamento que corresponde a R\$ 9.272.

E) Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O processo está contabilizado como probabilidade de perda provável e no período findo em 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$ 6.508.

18.2. CONTINGÊNCIAS – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 31 de dezembro de 2023, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.23	31.12.22
Administrativo.....	204	295
Ambiental	5.035	143.400
Cível.....	2.630	1.726
Trabalhista.....	31.276	5.585
Tributário.....	85.677	57.697
	124.822	208.703

a) Administrativo

O montante de maior relevância refere-se à impugnação administrativa do valor venal de IPTU de área localizada na Estrada do Alvarenga, Jardim Pedreira, São Paulo - SP. O valor da causa em 31 de dezembro de 2023 remonta o valor de R\$ 189.

b) Ambiental

O principal processo ambiental classificado como perda possível se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2010 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo. No mérito, foi demonstrado que a responsabilidade pelos supostos danos materiais e morais coletivos é do poder público, e não da EMAE, não tendo sido demonstrado nexos causal entre suas atividades e a inundação do Jardim Pantanal. Em maio de 2018 o MPSP requereu a designação de audiência com as partes para tentativa de conciliação. Em seguida, a EMAE se manifestou no sentido de que não se opunha à realização da audiência, contudo, não havia proposta de acordo, uma vez que não é responsável pelo dano, reiterando o pedido de exclusão da lide. Em 31 de dezembro de 2023 o valor do processo corresponde a R\$ 4.315.

c) Cível

Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais decorrentes de enchente ocorrida em 10 de fevereiro de 2020 supostamente ocasionada em razão da abertura das comportas da Barragem de Pirapora do Bom Jesus. O valor do processo em 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$ 467.

d) Trabalhista

O principal valor refere-se a parte controversa da ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. (Vide nota 18.1, alínea (a) Periculosidade).

e) Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes a imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 31 de dezembro 2023 corresponde a R\$ 39.073.

No exercício foi reclassificado de remoto para possível processo de execução fiscal visando a cobrança de débitos e IPTU dos anos de 2000 a 2004 referente a imóvel situado no município de Carapicuíba cujo valor provisionado corresponde a R\$ 6.038. Somado a isso, temos avaliado como possível perda, o valor controverso de R\$ 11.523 referente ao IPTU de Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira - São Paulo.

18.3. ATIVOS CONTINGENTES

A companhia enfrenta atualmente 21 processos de desapropriação com possível resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 68.843.

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Controladora e Consolidado						
	31.12.22	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	31.12.23
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR..	1.801	1.800	312	(312)	(1.800)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR..	5.399	(1.800)	-	-	-	3.599

20. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no exercício:

	Saldo 31.12.22	(a) Provisão	Transferência	Amortização	Saldo 31.12.23
Passivo					
Circulante.....	12.394	-	19.358	(14.438)	17.314
Não Circulante.....	359.167	87.944	(19.358)	-	427.753
	371.561	87.944	-	(14.438)	445.067

(a) Provisão ajustada pela melhor estimativa

A provisão tem como objetivo preservar recursos financeiros recebidos ao longo do período de concessão destinados à implantação do Plano de Investimentos nas usinas cotistas a fim de atender às disposições contratuais do 2º termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O Plano de investimentos é atualizado, no mínimo, a cada Revisão Tarifária (quinquenal) realizada pela ANEEL.

21. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 31 de dezembro de 2023 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 628 no Resultado.

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Depósitos Judiciais (a).....	602	3.911
Agrupamento de ações.....	592	592
Caução contratual - DATA ROOM (b).....	2.510	-
Seguros a pagar.....	193	590
	3.897	5.093

- a) O passivo de depósitos judiciais se refere a ações trabalhistas já finalizadas e com depósito judicial ainda não liberado em favor da contraparte;
- b) Cauções realizados pelas empresas interessadas no processo de desestatização da Companhia.

23. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

23.1. ATIVO FINANCEIRO – ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 96.521, dos quais R\$ 87.813 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.23
	Saldo 31.12.22	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	13.194	9.635	-	(9.371)	13.458
Ajuste a valor presente.....	(4.871)	(4.750)	4.871	-	(4.750)
	8.323	4.885	4.871	(9.371)	8.708
Não Circulante					
Sabesp.....	142.572	(9.635)	6.448	-	139.385
Ajuste a valor presente.....	(56.322)	4.750	-	-	(51.572)
	86.250	(4.885)	6.448	-	87.813
	94.573	-	11.319	(9.371)	96.521

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2025.....	8.141
2026.....	7.611
2027.....	7.115
2028.....	6.652
2029 até 2042.....	58.294
	<u>87.813</u>

23.2. CONVÊNIO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante os exercícios de 2023 e 2022, com base no convênio, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 5.611 e R\$ 4.578, respectivamente.

23.3. CONVÊNIO SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. A Secretaria iniciou tratativas para o encerramento do convênio em 2019, suspendendo as atividades, e o valor remanescente foi quitado em 2023.

23.4. CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da EMAE, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber é de R\$ 1.404, vide Nota 8, letra (c).

23.5. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2023 e 2022 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Partes Relacionadas	(a)	2023		2022	
		n° de membros	Remuneração	n° de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....		4,00	2.501	4,00	2.172
Conselho Fiscal.....		10,00	395	5,00	342
Conselho de Administração.....		10,00	1.441	11,00	1.259
Comitê de Auditoria.....		3,00	566	3,00	503
		27,00	4.903	23,00	4.276

(a) Média anual.

(*) Remuneração fixa e variável

O Comitê de Auditoria é composto por 4 membros dos quais 1 integra o Conselho de Administração e é exclusivamente remunerado pelo Comitê.

24.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.442	97,61	50.981	0,23	14.404.423	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,39	-	-	350.832	0,95
Outros.....	1.096	-	7.774.400	34,95	7.775.496	21,04
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: **a)** prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; **b)** direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; **c)** direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e **d)** direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

24.2. LUCRO POR AÇÃO – BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	R\$ 150.480	R\$ 68.015
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído		
Ação Preferencial.....	R\$ 4,22575	R\$ 1,90999
Ação Ordinária.....	R\$ 3,84159	R\$ 1,73635

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

24.3. DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	2023	2022
Lucro líquido do exercício.....	150.480	68.015
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	7.524	3.401
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	142.956	64.614
Dividendo obrigatório (25%).....	35.739	16.154
(-) JCP pagos no exercício (a).....	64.645	(19.974)
(-) Constituição de reserva para Recomposição de Ativos...	78.311	0
Realização da reserva de Lucros a realizar.....	28.243	7.777
(=) Lucro remanescente.....	-	-

(a) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - Durante o exercício de 2023 a Companhia, deliberou em Reunião de Diretoria e aprovou em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 64.645 referente ao exercício de 2023.

A Administração da Companhia propõe ainda as seguintes destinações:

- (i) Constituição de Reserva Legal no valor R\$ 7.524;
- (ii) JCP de R\$ 64.645 pagos em 2023 e imputados ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ 35.739;

- (iii) Realização da Reserva de Lucros a Realizar no montante de R\$ 28.243, e
- (iv) Constituição de Reserva para recomposição de ativos no valor de R\$ 78.311.

24.4. DIVIDENDO POR AÇÃO

O dividendo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (em milhares, exceto valor por ação) correspondem:

	2023	2022
Distribuição de lucro do exercício (a).....	92.888	72.392
Na forma de JCP.....	64.645	61.143
Na forma de Dividendo.....	28.243	11.248
JCP por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	1,65032	1,56092
Ação preferencial.....	1,81535	1,71702
Dividendo por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	0,72101	0,28716
Ação preferencial.....	0,79311	0,31587

- a) Dividendo obrigatório do exercício somado com a proposta de dividendos adicionais, sujeita à aprovação em AGO, e à realização da reserva de lucros a realizar.

24.5. MUTAÇÕES DAS RESERVAS DE LUCROS

O quadro abaixo demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício.....	315.491	319.867
Constituição de reserva legal.....	7.524	3.401
Realização da reserva de lucros a realizar.....	(28.243)	(7.777)
Constituição da reserva para recomposição de Ativos.....	78.311	-
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício.....	373.083	315.491

24.6. MUTAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

A movimentação ocorrida em outros resultados abrangentes reflete os resultados apurados nos subplanos BSPS, BD e CV do plano de previdência complementar Vivest- EMAE nos exercícios de 2022 e 2023 além do reconhecimento a valor justo de elementos do ativo da Companhia ocorrido em 2022, conforme Nota 17.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Saldo no início do exercício.....	91.510	(259.534)
Ajuste de elementos do Ativo		
Valor justo:		
Parque Villa Lobos.....	-	54.419
Espaços A e C Usina São Paulo.....	-	86.303
Bota Fora 14	-	102.795
Ajuste de elementos do Passivo		
Superávit (Déficit) Atuarial	(48.645)	107.527
Saldo no final do exercício.....	42.865	91.510

24.7. CONCILIAÇÕES DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2023:

	Controladora e Consolidado
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.22.....	10.532
Dividendo adicional proposto.....	44.640
Juros sobre o Capital Próprio declarados no exercício.....	64.645
Dividendos e JCP pagos em 2023.....	(106.540)
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP.....	(9.934)
Dividendos por meio da realização da R. de Lucros a realizar.....	28.243
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.23.....	31.586

25. RECEITA LÍQUIDA

25.1. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2).....	506.157	472.754	506.157	472.754
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2).....	-	-	45.288	42.371
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2).....	16	5	817	523
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3).....	14.943	12.249	14.943	12.249
Outras receitas.....	3.253	3.305	3.287	3.326
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 12)....	102.539	68.085	102.539	68.085
	626.908	556.398	673.031	599.308
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(51.628)	(49.477)	(53.012)	(50.764)
PIS sobre receitas operacionais.....	(11.209)	(10.742)	(11.509)	(11.021)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(747)	(649)	(747)	(649)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.437)	(4.189)	(4.437)	(4.189)
	(68.021)	(65.057)	(69.705)	(66.623)
RECEITA LÍQUIDA.....	558.887	491.341	603.326	532.685

25.2. ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	1.532.095	753.370	506.157	472.754	1.532.095	753.370	506.157	472.754
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	130.819	123.569	45.288	42.371
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	16	5	-	-	817	523
Total.....	1.532.095	753.370	506.173	472.759	1.662.914	876.939	552.262	515.648

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

25.3. RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Petrobras (UTE's) (a).....	11.774	9.723
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b)..	3.169	2.526
	14.943	12.249

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

(b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

26. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

26.1. CONTROLADORA

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos de uso da rede elétrica.....	(51.903)	(45.300)	-	-	-	-	(51.903)	(45.300)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(9.630)	(4.418)	-	-	-	-	(9.630)	(4.418)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.584)	(1.500)	-	-	(1.584)	(1.500)
Pessoal.....	(76.972)	(65.012)	(60.279)	(53.542)	-	-	(137.251)	(118.554)
Administradores.....	-	-	(6.420)	(4.542)	-	-	(6.420)	(4.542)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17).....	(23.074)	(56.467)	(18.070)	(30.034)	-	-	(41.144)	(66.501)
Material.....	(2.504)	(2.977)	(2.146)	(2.539)	-	-	(4.650)	(5.516)
Serviço de terceiros.....	(54.240)	(63.458)	(29.928)	(27.127)	-	-	(84.168)	(90.585)
Depreciação/amortização.....	-	-	(2.560)	(1.567)	-	-	(2.560)	(1.567)
Contencioso judicial (a).....	(1.103)	-	-	-	-	-	(1.103)	-
(-) Recuperação de despesa (b).....	-	-	15.029	2.693	-	-	15.029	2.693
Aluguéis.....	-	-	(6.672)	(6.093)	-	-	(6.672)	(6.093)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 18.1).....	(7.798)	(49.961)	-	-	-	-	(7.798)	(49.961)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20).....	(87.944)	(98.693)	-	-	-	-	(87.944)	(98.693)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	(4)	(477)	-	-	(4)	(477)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	530	109	-	-	530	109
(-) Créditos PIS/COFINS.....	-	-	-	-	-	-	-	-
IPJU.....	9.706	8.849	-	-	-	-	9.706	8.849
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 12).....	(11.225)	(9.486)	-	-	-	-	(11.225)	(9.486)
Seguros.....	(102.539)	(68.085)	-	-	-	-	(102.539)	(68.085)
Condomínio.....	(4.129)	(5.229)	-	-	-	-	(4.129)	(5.229)
Torna líquida - Edifício Augusta.....	-	-	(946)	(943)	-	-	(946)	(943)
Doações filantrópicas (c).....	-	-	-	-	(122)	-	-	9.835
Patrocínios incentivados e não incentivados (d).....	-	-	-	-	(122)	(1.890)	(122)	(1.890)
Indenizações - desapropriações (e).....	-	-	-	-	(1.817)	(577)	(1.817)	(577)
Ajuste a valor justo (f).....	-	-	-	-	288	2.047	288	2.047
Canho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	32.629	-	32.629	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	767	11.338	767	11.338
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	1.304	-	1.304
Outras.....	(1.361)	(1.966)	-	-	(2.484)	-	(2.484)	-
Total.....	(424.716)	(442.203)	(113.050)	(125.562)	29.261	21.974	(508.505)	(545.791)

- Refere-se a custas judiciais.
- Do montante total registrado em 2023, R\$ 14.644 corresponde a recuperação de despesas de processos judiciais de exercícios anteriores.
- Valores desembolsados relativos a patrocínios e doações filantrópicas.
- Doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.
- Trata-se de recursos recebidos pela desapropriação de imóveis da Companhia.
- Ajuste a valor justo de bens classificados como propriedade para investimento e ativo não circulante destinado à venda.

26.2. CONSOLIDADO

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
GSF - Garantia física.....	(2.123)	(2.007)	-	-	-	-	(2.123)	(2.007)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(52.411)	(45.676)	-	-	-	-	(52.411)	(45.676)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(9.630)	(4.418)	-	-	-	-	(9.630)	(4.418)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.679)	(1.585)	-	-	(1.679)	(1.585)
Pessoal.....	(82.583)	(69.592)	(60.279)	(53.542)	-	-	(142.862)	(123.134)
Administradores.....	-	-	(6.420)	(4.542)	-	-	(6.420)	(4.542)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 17).....	(23.784)	(37.585)	(17.360)	(28.916)	-	-	(41.144)	(66.501)
Material.....	(2.831)	(3.386)	(2.146)	(2.539)	-	-	(4.977)	(5.925)
Serviço de terceiros.....	(58.016)	(67.695)	(29.928)	(27.127)	-	-	(87.944)	(94.822)
Depreciação/amortização.....	(4.532)	(4.256)	(2.560)	(1.567)	-	-	(7.092)	(5.823)
Contencioso judicial (a).....	(1.103)	-	-	-	-	-	(1.103)	-
(-) Recuperação de despesa (b).....	-	-	15.029	2.693	-	-	15.029	2.693
Aluguéis.....	-	-	(6.672)	(6.093)	-	-	(6.672)	(6.093)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 18.1).....	(7.798)	(49.961)	-	-	-	-	(7.798)	(49.961)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 20).....	(87.944)	(98.693)	-	-	-	-	(87.944)	(98.693)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	(4)	(477)	-	-	(4)	(477)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	530	109	-	-	530	109
(-) Créditos PIS/COFINS.....	-	-	-	-	-	-	-	-
IPTU.....	9.706	8.849	-	-	-	-	9.706	8.849
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 12).....	(11.225)	(9.486)	-	-	-	-	(11.225)	(9.486)
Seguros.....	(102.539)	(68.085)	-	-	-	-	(102.539)	(68.085)
Condomínio.....	(4.615)	(5.487)	-	-	-	-	(4.615)	(5.487)
Torna líquida - Edifício Augusta.....	-	-	(946)	(943)	-	-	(946)	(943)
Doações filantrópicas (c).....	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrocínios incentivados e não incentivados (d).....	-	-	-	-	(122)	(1.890)	(122)	(1.890)
Indenizações - desapropriações (e).....	-	-	-	-	(1.817)	(577)	(1.817)	(577)
Ajuste a valor justo (f).....	-	-	-	-	288	2.047	288	2.047
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	32.629	-	32.629	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	767	11.338	767	11.338
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	(2.484)	1.304	-	1.304
Outras.....	(1.421)	(2.128)	-	-	-	-	(1,421)	(2,121)
Total.....	(442.849)	(459.606)	(112.435)	(124.529)	29.261	21.974	(526.023)	(562.161)

- a) Refere-se a custas judiciais.
- b) Do montante total registrado em 2023, R\$ 14.644 corresponde a recuperação de despesas de processos judiciais de despesas de exercícios anteriores.
- c) Valores desembolsados relativos a patrocínios e doações filantrópicas.
- d) Doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.
- e) Trata-se de recursos recebidos pela desapropriação de imóveis da Companhia.
- f) Ajuste a valor justo de bens classificados como ativo não circulante destinado à venda.

Nota: Reclassificação de parte dos gastos relacionados aos benefícios pós-emprego PSAP/EMAEE referentes ao exercício de 2022. Tais gastos foram realocados de custo de serviço de energia elétrica para despesas gerais e administrativas para fins de comparabilidade com o exercício de 2023.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	52.716	40.620	55.437	42.760
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 7).....	6.484	9.766	6.484	9.766
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	4.871	4.985	4.871	4.985
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(2.779)	(2.108)	(2.779)	(2.108)
Atualizações de Créditos Tributários.....	314	312	314	312
Outras.....	3	295	48	328
	61.609	53.870	64.375	56.043
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(868)	(22)	(868)	(22)
Atualização Oleo combustível.....	-	(343)	-	(343)
Juros sobre RGR.....	(312)	(400)	(312)	(400)
IOF.....	(925)	(733)	(942)	(750)
Outras.....	-	-	(78)	(1)
	(2.105)	(1.498)	(2.200)	(1.516)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 7).....	6.677	45.485	6.677	45.485
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	6.447	7.104	6.447	7.104
Depósitos judiciais.....	6.531	4.101	6.531	4.101
Atualização monetária óleo combustível.....	-	(3.555)	-	(3.555)
Outras variações monetárias.....	202	-	202	-
	19.857	53.135	19.857	53.135
	79.361	105.507	82.032	107.662

28. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2023	09/05/2024	40.000	392
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2023	05/12/2024	70.000	190
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2023	11/09/2024	1.078	8
Seguro Riscos Operacionais PPEN (d).....	12/01/2023	12/01/2024	133.715	503
Seguro Empresarial - Condomínio (e).....	01/08/2023	01/08/2024	6.300	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (f).....	19/01/2023	19/01/2024	515	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (g).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (h).....	30/11/2023	30/11/2024	40.645	13
			298.929	1.232

- a) Cobertura a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;
- b) Proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (*Directors and officers*);
- c) Cobertura de Colisão Incêndio Roubo e Danos Materiais e Pessoais de 05 caminhões próprios da EMAE;
- d) Cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- e) Seguro do condomínio;
- f) Seguro do drone de propriedade da companhia;
- g) Seguro fiança da sede administrativa; e
- h) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos para imóvel localizado na Rua Augusta, 1626.

O seguro referente a riscos operacionais da EMAE venceu em maio de 2023 e a Companhia está em processo de revisão de riscos, para posterior contratação de cobertura.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	409	145	409	145
Aplicações financeiras (Nota 4).....	411.935	421.746	425.873	436.596
Revendedores (Nota 5).....	42.003	41.229	47.269	46.173
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 7).....	144.576	267.873	144.576	267.873
Outros créditos (Nota 8).....	8.965	2.231	1.457	1.601
Cauções e depósitos vinculados (Nota 10).....	57.955	45.635	57.955	45.635
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	96.521	94.573	96.521	94.573
Ativo financeiro indenizável (Nota 12).....	375.887	269.890	375.887	269.890
Ativo reversível da concessão (Nota 13).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	4.639	9.633	5.136	10.124
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	31.586	10.532	31.586	10.532
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 20)..	445.067	371.561	445.067	371.561

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

30. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 412.344 e R\$ 426.282, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 421.891, controladora, e R\$ 436.741, consolidado, em 31 de dezembro de 2022), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 7).....	144.576	267.873
Ativo financeiro indenizável (Nota 12).....	375.887	269.890
Ativo reversível da concessão (Nota 13).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	96.521	94.573
	812.358	827.710

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações

equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2023, com CDI overnight de 11,15 % a.a.

	Saldo 31.12.23 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		11,15%	13,94%	16,73%
Controladora	411.935	45.931	57.413	68.896
Consolidado	425.873	47.485	59.356	71.227

	Saldo 31.12.23 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		11,15%	8,36%	5,58%
Controladora	411.935	45.931	34.448	22.965
Consolidado	425.873	47.485	35.614	23.742

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.23 Nota 7	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	3,30%	12,93%	13,83%	14,73%
Arrendamento UTP	144.576	18.690	19.994	21.298

	Saldo 31.12.23 Nota 7	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	3,30%	12,93%	12,03%	11,12%
Arrendamento UTP	144.576	18.690	17.386	16.082

Boletim focus de 16 de fevereiro de 2024

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.23 Nota 23.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,81%	12,40%	13,43%	14,46%
SABESP	96.521	11.964	12.959	13.955

	Saldo 31.12.23 Nota 23.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,81%	12,40%	11,36%	10,33%
SABESP	96.521	11.964	10.968	9.973

Boletim focus de 16 de fevereiro de 2024

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Consolidado						
Fornecedores.....	5.136	-	-	-	-	5.136
Dividendos/ JSCP ..	31.586	-	-	-	-	31.586
Total	36.722	-	-	-	-	36.722

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.225 de 18 de julho de 2023, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	187.533	176.561	11.436	43.034	4.681	3.793	-	1.517	4.313	432.868
Porto Góes.....	4.414	4.946	271	731	-	-	-	39	105	10.506
Rasgão.....	3.723	3.776	240	702	-	232	-	32	88	8.793
	195.670	185.283	11.947	44.467	4.681	4.025	-	1.588	4.506	452.167

Fonte: REH 3.225/2023 Nota técnica nº 59/2023

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

g. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

h. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

i. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

j. Risco na operação e manutenção das balsas - Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações

k. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 17 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMA E) e o Plano de Contribuição Definida (EMA E CD).

Em função das características do PSAP/EMA E, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMA E para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMA E CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMA E passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

31. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL n.º 14.896/2023.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

32.ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2023, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.22	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.23
Arrendamento UTP.....	(267.873)	136.458	(13.161)	(144.576)
Ativo financeiro indenizável.....	(269.890)	(127.463)	21.466	(375.887)
Investimentos.....	(293.186)	31.420	(36.241)	(298.007)
Imobilizado.....	(80.575)	(45)	3.713	(76.907)
Intangível.....	(13.819)	(4.036)	1.332	(16.523)

	Consolidado			
	31.12.22	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.23
Arrendamento UTP.....	(267.873)	136.458	(13.161)	(144.576)
Ativo financeiro indenizável.....	(269.890)	(127.463)	21.466	(375.887)
Imobilizado.....	(224.786)	(1.307)	8.167	(217.926)
Intangível.....	(13.930)	(4.036)	1.410	(16.556)

DIRETORIA

MARCIO REA
DIRETOR-PRESIDENTE

PABLO ANDRÉS FERNÁNDEZ UHART
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MARISE GRINSTEIN
DIRETORA ADMINISTRATIVA

ALVARO LUIZ AMORIM MIRANDA
DIRETOR DE GERAÇÃO

FÁBIO TONETTO
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE,
CUSTOS E FISCAL
CONTADOR - CRC 1SP264253/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

ANDERSON MARCIO DE OLIVEIRA

CONSELHEIROS

ANDRÉ PEPITONE DE NÓBREGA

CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO

CLAUDIA POLTO DA CUNHA

LEONARDO JOSÉ MATTOS SULTANI

MARCIO REA

MARCOS BARRETO DE FARIA PINHO

MARISETE FATIMA DADALD PEREIRA

MILTON ARAÚJO NETO

PAULO FERREIRA

SAMANTA IVONETE SALVADOR TAVARES DE SOUZA

IV. MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, tendo discutido as referidas demonstrações com os Departamentos de Contabilidade, Custos e Fiscal e de Orçamento e Finanças. Analisou as citadas demonstrações, o Relatório Anual da Administração e as Notas Explicativas e discutiu os trabalhos com os auditores independentes. Ao final do processo, os Comitentes conheceram e debateram o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas.

Com base nas informações, discussões e análise acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras consolidadas da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, assim como o respectivo Relatório da Administração e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, com Pagamento de Dividendos pela realização da Reserva de Lucros no valor R\$ 28.244 mil, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

São Paulo, 05 de março de 2024.

Paulo Ferreira

Membro Independente e Coordenador

Benedito Alfredo Baddini Blanc

Membro Independente

Gabriel Monegatti Mattei

Membro Independente

Otávio Ramos dos Santos

Membro Independente

V. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., dando cumprimento ao estabelecido nos incisos II, III, VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 e alterações subsequentes, examinou as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia relativas ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, compreendendo: Relatório Anual da Administração sobre os principais fatos administrativos do Exercício, Relatório do Auditor Independente, Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Demonstrações de Resultados Abrangentes, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Demonstrações do Valor Adicionado e complementados por Notas Explicativas e as Propostas de Destinação do Resultado do Exercício e de Pagamento de Dividendos Adicionais.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos adicionais prestados pela Diretoria, no Relatório dos Auditores Independentes e na aprovação pelo Conselho de Administração, este Conselho é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 07 de março de 2024.

Fernanda M.V.Lima Schuery Soares

Gilberto Souza Matos

Mara Regina Samensatto Ramos

Anderson Barboza Esteves

Myrian Mara Kosloski Prado

VI. RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas, aos conselheiros e aos diretores da
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo - Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil em 31 de dezembro de 2023, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. Atendendo ao requerido no Decreto, em 26 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu ofício à ANEEL, manifestando interesse em receber a devida indenização. Com base na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, a EMAE, em julho de 2022, encaminhou à ANEEL

o relatório detalhado de avaliação de bens para fins de indenização. A ANEEL, após diligência sobre os itens e valores a indenizar, estabeleceu em Diretoria o valor de R\$ 281,1 milhões, base 31 de dezembro de 2012, e encaminhou a avaliação técnica para o Ministério de Minas e Energia para providências cabíveis. O resultado dessas análises demonstra que não há razão para redução da estimativa original de valor recuperável junto ao poder concedente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ativo não Circulante Destinado à Venda

Conforme Nota Explicativa nº 11 e 24.6, em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 255.400 (R\$ 238.228 mil em 2022), e na conta de Ajustes de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 157.214 mil (líquido de Imposto de renda e contribuição social diferidos), como contrapartida da operação. Durante o exercício de 2022, a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo dois imóveis: terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta e Terrenos Zuccolo (Bota-Fora 14) ambos classificados inicialmente como propriedades para investimento. Sendo realocados, posteriormente, como Ativo não circulante mantido para a venda, após deliberação em reunião do Conselho de Administração, que autorizou suas alienações por meio de processo licitatório no decorrer do exercício de 2023. Apesar dos esforços da administração, até o momento, não houve qualquer negociação ou acordo de venda, em vias de ser assinado. Cabe destacar, que para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) nº 28 - Propriedade para Investimento. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Planos de Benefícios

Conforme Nota Explicativa nº 17, a EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST é a Entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos (Asset Liability Management), resultou na alocação média no ano de 83% (77% em 2022) em renda fixa, 11% (15% em 2022) em renda variável e 6% (8% em 2022) em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 10,87% (7,03% em 2022) em 2023, ante a meta atuarial de 10,10% no mesmo período. Em 2023 após revisão das premissas utilizadas no plano atuarial e seguindo os princípios do CPC 33 (R1) "Benefícios a Empregados" a provisão do plano teve um acréscimo no montante de R\$ 58.629 mil (diminuição de R\$ 152.990 mil em 31 de dezembro de 2022), devido crescimento do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE causado, principalmente, no valor presente da obrigação atuarial total líquida com redimensionamento da obrigação e no passivo atuarial com efeito da limitação de ativos. Na avaliação atuarial do plano foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com a assistência de um especialista, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela Companhia, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários.

Impostos Diferidos

Conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia reconhece contabilmente os efeitos fiscais das diferenças temporárias e prejuízos fiscais sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social. O reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis está previsto no Pronunciamento CPC 32 e Deliberação CVM nº 109/22 que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração. A determinação dos Ativos Fiscais Diferidos por diferenças temporárias e prejuízos fiscais requerem reavaliação anual para identificação de valores não reconhecidos e probabilidade de recuperação com lucros tributáveis futuros. Os valores referentes às diferenças temporárias são obtidos através dos controles dos saldos de créditos de liquidação duvidosa, provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos para investimentos na Concessão, as contingências trabalhistas, cíveis e tributárias, ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga, o Ativo financeiro relativo ao acordo com a Sabesp, o plano de benefício definido, valor de justo de bens alocados em propriedade para investimentos e ativo não circulantes destinados a venda, entre outras provisões que venham a ser deduzidas para fins fiscais apenas quando da sua realização. Consideramos esse um dos principais assunto de auditoria, tendo em vista o risco relacionado aos controles manuais das provisões da auditada, a materialidade dos valores reconhecidos e a incerteza de liquidez destes ativos.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, foram realizados procedimentos de acordo com a regulamentação do Conselho de Valores Mobiliários, em vigor, bem como avaliamos o estudo técnico que deu suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável a esta matéria, bem como a contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador, fiscalizador e legislação de imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar e calcular o Ativo Fiscal Diferido e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas.

Propriedade para investimento e ativos não circulantes mantidos para venda

Conforme Notas Explicativas nº 11, 14 “b” e 24.6, a Companhia apresenta na conta de ativo não circulante destinado para venda o montante de R\$ 255.400 (R\$ 238.228 em 2022), na conta de propriedade para investimento o montante de R\$ 144.717 (R\$ 130.762 em 2022), bem como na conta de Ajustes de Elementos do Ativo no Patrimônio Líquido o montante de R\$ 243.517 (líquido de Impostos de renda e contribuição social diferidos). No exercício anterior a Companhia, com base em Laudos de instituições certificadas, registrou a valor justo, três imóveis, Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo, terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta, e Terreno Zuccolo (antigo Bora-Fora 14), dos quais apenas os Espaços A e C vinculados a Usina São Paulo permanecem

classificados na rubrica de propriedade para investimentos, sendo os demais realocados para a rubrica Ativo não circulante mantido para a venda a valor justo, após deliberação em reunião do Conselho de Administração que autorizou a alienação de ambos por meio de processo licitatório. Cabe destacar que para fins fiscais, os valores das vendas serão realizados conforme hipóteses previstas no parágrafo 6º, artigo 13, inciso 6º, itens 1º a 4º. do Regulamento do Imposto de Renda e, para fins societários, será aplicado o disposto no item 62 do NBC TG (R4) nº 28 - Propriedade para Investimento.

Como o assunto foi tratado na auditoria

Com base em Laudos de Avaliação elaborados por instituições certificadas, nos certificamos quanto a apuração correta do valor justo registrado pela Companhia.

No exercício anterior já fez parte dos nossos procedimentos, qual revisamos e certificamos novamente neste exercício, a avaliação dos laudos emitidos, que determinaram os valores justos dos imóveis, leitura da nota técnica emitida pela administração, verificação dos contratos de permuta dos imóveis comprovando a troca entre o terreno Parque Villa Lobos, objeto de permuta com o Edifício situado na Rua Augusta com torna, contabilização das diferenças entre valor justo apurado nos laudos e valor residual em conta de ajuste patrimonial no patrimônio líquido, seguindo os preceitos emanados no CPC 28 - Propriedade para investimento. Averiguamos, também, as reclassificações dos imóveis destinados a venda para conta de Ativo não circulante destinados a venda conforme preceitos emanados pelo CPC 31. Adicionalmente verificamos a correta contabilização dos respectivos impostos diferidos passivo a ser realizado a medida em que ocorrer a realização dos imóveis, a ser computado na base cálculo do respectivo imposto no momento da efetiva realização, conforme hipóteses previstas no Regulamento do Imposto de Renda.

Consideramos que as premissas e a metodologia de avaliação utilizadas são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado e normas contábeis vigentes para Propriedade para Investimentos e Ativo não Circulante destinados a venda, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros Assuntos

Processo de Privatização

No dia 21 de junho de 2023, o Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias em Investimentos, e os consultores do Banco Genial realizaram a primeira reunião de trabalho para a elaboração dos estudos de pré-viabilidade e modelagem da privatização da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). A Instituição integra o “Consórcio Nova EMAE Genial”, que venceu a licitação. Os estudos envolvem a avaliação, estruturação e execução da alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Governo de São Paulo no âmbito da EMAE. A iniciativa integra o Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Em 22 de dezembro de 2023 foi realizada uma audiência pública por objetivo apresentar à população e obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da operação de alienação dos ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo, correspondentes a ações representativas do capital social da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA

S.A. - EMAE. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.

- EMAE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e

comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 28 de fevereiro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

VII. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º andar, Bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.



Av. Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Cidade Monções
04576-010 | São Paulo-SP | Telefone: +55 (11) 2763-6502
www.emae.com.br | riemae@emae.com.br